



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS EM TURISMO**

**TURISMO CÍVICO-CULTURAL EM BRASÍLIA PARA PESSOAS  
PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS – DEFICIÊNCIA  
VISUAL**

**MARLI CORREIA SANTOS BEZERRA**

**Brasília – DF  
2005**

**MARLI CORREIA SANTOS BEZERRA**

**TURISMO CÍVICO-CULTURAL EM BRASÍLIA PARA PESSOAS  
PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS – DEFICIÊNCIA  
VISUAL**

**Orientador. Prof.MSc Domingos Sávio Spézia**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista de Gestão de Negócios em Turismo.

**Brasília – DF**

**2005**

Bezerra Santos, Marli Correia.

Turismo Cívico-Cultural em Brasília para Pessoas Portadoras de Necessidades Deficiência de Especiais – Deficiência Visual. Marli Correia Santos Bezerra, Brasília, 2005. 103 f.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão de Negócios em Turismo, 2004.

Orientador Prof. MSc. Domingos Spézia.

1)Turismo 2) Turismo Cívico/Cultural 3) Necessidades Especiais

**TURISMO CÍVICO-CULTURAL EM BRASÍLIA PARA PESSOAS PORTADORAS  
DE NECESSIDADES ESPECIAIS – DEFICIÊNCIA VISUAL**

**MARLI CORREIA SANTOS BEZERRA**

---

**Prof. MSc. Domingos Sávio Spézia**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Iara Gomes Brasileiro**

**Brasília – DF  
Abril 2005**

*À Professora  
Ana Maria de Morais Sarmiento Vellasco,  
professora amiga,  
professora de verdade.*

Ao coordenador do curso e também meu orientador, Professor Domingos Spézia, pela leitura dos rascunhos deste trabalho, o que resultou numa série de importantes sugestões para melhorar sua qualidade. Pela atenção, por transmitir seus ensinamentos e experiências, as quais contribuíram para elaboração desta monografia.

Sou profundamente grata a muita gente que passou por minha vida e que dedicou parte de seu precioso tempo a partilhar comigo suas opiniões e pensamentos.

Especialmente aos meus familiares e ao professor Ademir Araújo Filho.

*“O preconceito perante os deficientes visuais é mais cego do que as dificuldades dos mesmos, porque além de obstruir o relacionamento humano, cega o entendimento induzindo o homem a mais baixa pobreza de espírito”.*

Professor Genésio de Sá Jr.

## RESUMO

Este estudo monográfico abarca o imperativo de se criar políticas públicas que insiram, no turismo cívico-cultural em Brasília, Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais - Deficiência Visual, dada sua exclusão em entretenimento e lazer. Sobretudo se analisa e se constata como fazê-lo. As seções do trabalho são: a) introdução, justificativas, hipóteses e objetivos específicos; b) revisão bibliográfica e metodológica; c) análise da pesquisa de campo (dados e discussão) e considerações finais. Parte-se de um levantamento bibliográfico para se encontrar material técnico-científico sobre o tema. Faz-se pesquisa de campo. Aplica-se questionário contendo 13 questões a 50 alunos cegos de escolas públicas e traça-se o perfil socioeconômico. Verifica-se seu sentimento de exclusão em atividades turísticas em Brasília, por causa do reduzido poder aquisitivo. À parte isso, não há infra-estrutura nem equipamentos turísticos para o público-alvo. A pesquisa conclui não haver política pública que atenda a classes populares em turismo – e por extensão – a deficientes visuais. Propõe-se parcerias entre instituições públicas e privadas, para introduzir os cegos nessas atividades.

Palavras-chave: Turismo, Turismo Cívico-Cultural, Necessidades Especiais.

## **ABSTRACT**

This monograph research purpose the necessity of introducing blind-piseabled people into the civical-cultural turism`s rout, as they are excluded in the entertainment and leisure specially it`s explained how to apply this project the monograph`s divided into sections: First, introduction, justification, hypothesis and general and specific objectives. Second, bibliography revision and methodology, third, field research analysis (data and discussion) the technical-cientific material is obtained bibliographic research. It`s applied questions of 13 questions to 50 blind – disabled public students and draw social – economic characteristics of this group. In fact they feel excluded of tourism activities because of purchasing power moreover, there aren't special equipments and understructure for this group in conclusion the monograph certify the inexistence of public politics for blind people. It is purposed partnerships between public and private institutions for their participation in touristic activities.

Key-word: Tourism, Cultural-CivicalTourism, Special Needs.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XI
LISTA DE FIGURAS E TABELAS.....	XII
INTRODUÇÃO .....	1
1 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	5
1.1 Conceitos Básicos.....	5
1.1.1 Políticas públicas para o turismo .....	5
1.1.2 Turismo.....	6
1.1.3 Turismo social e turismo popular.....	7
1.1.4 Turismo cívico-cultural em Brasília.....	8
1.2 Exclusão/Inserção .....	10
1.2.1 Dualidade brasileira como fator de exclusão social .....	11
1.2.2 História da exclusão social dos PNEs.....	12
1.3 Pessoas com Deficiências .....	12
1.4 Declaração de Direitos e Garantias de PPNEs .....	14
1.4.1 Acessibilidade: antecedentes e necessidades atuais .....	16
1.5 Deficiência Visual .....	19
1.5.1 Criança, jovem, adulto e idoso com cegueira ou baixa visão.....	20
1.5.2 Livros e equipamentos especiais .....	20
1.6 Orientações no Relacionamento com PPNEs - DV PPNE .....	21
1.6.1 Acessibilidade para deficientes visuais.....	25
2 – MATERIAIS E MÉTODO.....	27
2.1 Procedimentos Metodológicos.....	28
3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	32
3.1 Interpretação e Análise de Dados .....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS .....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bits	– Bureau Internacional de Turismo Social
CEEDV	– Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais
CESAS	– Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul
CET-UnB	– Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.
Corde/DF	– Diretoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
Crea/DF	– Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do Distrito Federal
DF	– Distrito Federal
DV	– Deficiente Visual
DV <sub>s</sub>	– Deficientes Visuais
Embratur	– Instituto Brasileiro de Turismo
GDF	– Governo do Distrito Federal
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Integra	– Instituto de Integração Social e de Promoção da Cidadania
MEC	– Ministério da Educação
OMS	– Organização Mundial da Saúde
OMT	– Organização Mundial do Turismo
PNEs – DV	– Portadores de Necessidades Especiais – Deficiência Visual
PPNEs – DV	– Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais – Deficiência Visual
SEESP	– Secretaria de Ensino Especial
Sesc	– Serviço Social do Comercio
Setur	– Secretaria de Turismo do Distrito Federal
Ufs	– Unidades da Federação

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01 – Política Nacional de Educação Especial .....	13
Tabela 01 – Deficientes visuais matriculados na rede pública de ensino do DF .....	29
Tabela 02 – Identificação do sexo entre os entrevistados.....	32
Tabela 03 – Faixa etária dos entrevistados.....	33
Tabela 04 – Nível de escolaridade .....	33
Tabela 05 – Renda familiar mensal .....	34
Tabela 06 – Quantidade de viagens de turismo realizadas .....	34
Tabela 07 – Tipo de transporte utilizado nas atividades turísticas ou de lazer .	35
Tabela 08 – Conhecimento sobre o turismo cívico-cultural de Brasília .....	35
Tabela 09 – Participação no turismo cívico-cultural de Brasília .....	36
Tabela 10 – Razões para não participação no turismo cívico-cultural.....	36
Tabela 11 – Interesse em conhecer e participar do turismo cívico-cultural .....	37
Tabela 12 – Meio utilizado na realização do turismo cívico-cultural .....	38
Tabela 13 – Impressão sobre a visita realizada no roteiro turístico cívico-cultural .....	38
Tabela 14 – Atividade turística, lazer e entretenimento de maior interesse.....	39

## INTRODUÇÃO

De natureza complexa, turismo é fenômeno contemporâneo tido como atividade secundária. É fator de desenvolvimento socioeconômico a ser incentivado e promovido pelo poder público, prevê a Constituição da República Federativa do Brasil (1988: art. 180).

A atividade turística, antes apenas lazer, agora se mostra necessária ao descanso do corpo e do espírito. Insere-se entre os direitos básicos do cidadão, reconhecidos e garantidos na Constituição Federal (artigos 6.º e 7.º, Inciso IV). O indivíduo aprimora seus conhecimentos, o campo de compreensão dos fenômenos sociais e participa de atividades artísticas, culturais e esportivas. Turismo propicia convivência, relacionamentos amistosos. Pode-se vê-lo como direito de todos, independentemente de condição física ou socioeconômica:

O espaço turístico é um objeto de consumo para os turistas, que através do olhar selecionam as suas diferenças, os signos e até mesmo as suas exclusões. Os odores, as cores, os hábitos, os costumes, a história e a natureza dos lugares são motivações que as pessoas têm para viajar (...) O turismo é para todas as idades, para todas as pessoas, para todas as classes sociais e para todos os povos, porque satisfaz o desejo do homem no tempo e no espaço, desenvolvendo o sentimento de união e de paz (AMARAL, 2004).

Da visão de que turismo não distingue pessoas concebe-se esta monografia. Verifica-se como se pode desenvolver atividade turística em benefício de Portadores de Necessidades Especiais – Deficiência Visual (PNEs – DV). Escolhe-se Brasília pela ambiência favorável ao desenvolvimento do tema. De belíssima e distinta arquitetura, a capital atrai turistas. O governo local (Secretaria de Turismo – DF) e o federal (Embratur) desejam melhor equipá-la, promovê-la e divulgá-la.

Unindo esses esforços se transformará o turismo em Brasília em uma das metas prioritárias, por ser atividade que gera renda e divisa para cidades e países do mundo. Entre os projetos em Brasília selecionou-se turismo cívico como tema da monografia. Tratar-se-á o desenvolvimento da atividade turística para PPNEs – DV na perspectiva de ser compatível com a ampliação do conhecimento, a promoção do

desenvolvimento psicossocial e a integração dessas pessoas à sociedade. Reafirmar-se-á que turismo deve ser direito básico da cidadania. Este trabalho será dividido em seções:

(1ª) introdução, justificativa, hipóteses, objetivos (específicos);

(2ª) revisão bibliográfica e metodologia de estudo;

(3ª) resultados, discussões pertinentes e considerações finais.

Na seção introdutória demonstra-se importar desenvolver a atividade em benefício de PPNEs – DV. Aborda-se sua exclusão para melhor se entender turismo cívico-cultural em Brasília, foco de estudo e de análise da monografia.

Em abril de 2004 iniciou-se o curso *lato senso* de Gestão de Negócios em Turismo, no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET). No primeiro encontro se informou da necessidade de alunos logo pensarem tema relacionado ao setor turístico, com livre escolha, para apresentarem monografia obrigatória à especialização. A autora desta monografia tinha em mente, desde sua graduação em turismo, desenvolver projeto que incluísse pessoas portadoras de deficiência em turismo, lazer e entretenimento.

A preocupação com PPNEs – DV quanto a turismo, recreação e lazer resulta da perspectiva de exclusão social a que tais pessoas estão suscetíveis por características limitantes e problemas socioeconômicos que as afetam. O estudo se justifica porque propõe uma ação inclusiva desses cidadãos diferenciados na rotina diária e na escolar. Pelo turismo cívico, em primeira análise, engendram-se formas de deficientes visuais exercerem seus direitos.

O desenvolvimento do trabalho demonstra que a exclusão das PPNEs – DV dificulta-lhes reconhecer serem iguais às outras pessoas, terem os mesmos direitos, participar das atividades de turismo, lazer e recreação ofertados em Brasília. Discutem-se as formas mais adequadas para implementar políticas públicas que visem a incluir deficientes visuais no roteiro do turismo cívico-cultural da capital federal, sob estas hipóteses:

- Existem poucas atividades no turismo direcionadas a PPNEs – DV?
- Deficientes visuais no DF sentem-se excluídos da atividade turística?

Na atividade turística é freqüente a discussão da urgente inclusão de PPNEs – DV em atividades turísticas. É objetivo geral verificar e analisar se implantar políticas públicas para incluir estudantes portadores de deficiência visual das escolas públicas do DF no roteiro turístico cívico-cultural atrairá semelhantes portadores de deficiência a Brasília. Deverá fazer-se oferta a estudantes de escolas públicas, para depois implementá-lo no país e divulgá-lo ao exterior.

Este trabalho cria consciência cívica para o turista deficiente visual. A visão limita o homem a quatro sentidos, *ipso facto*, mas não o incapacita à cidadania. Deve-se estabelecer política de *marketing* apropriada ao lançamento e à sustentação do produto e definir pontos de apoio, a fim de torná-lo uma atividade turística segura, cômoda, prazerosa. Envolver órgãos governamentais que interfiram na movimentação dos fluxos turísticos; propor ações ao setor privado e à comunidade envolvida, bem como implantar infra-estrutura e formar recursos humanos especializados.

Como objetivos específicos foram propostos os seguintes:

- Verificar e analisar a quantidade de alunos portadores de deficiência visual nas escolas públicas do DF.
- Verificar e analisar o grau do sentimento de exclusão desses cidadãos em atividades turísticas da cidade.
- Verificar e analisar como participam de atividades turísticas e de lazer.
- Verificar e analisar a melhor forma de possibilitar a participação efetiva dos segmentos atuantes no setor.
- Verificar e analisar se há infra-estrutura e equipamentos turísticos adequados a receber turistas portadores de deficiência visual em Brasília.

Para se obter o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento do estudo passou-se à revisão bibliográfica dos principais tópicos relacionados ao tema.

## 1 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta seção torna mais claro o detalhamento do estudo e brevemente caracteriza conceitos sobre deficiência visual, acesso, exclusão/inserção social, dualidade brasileira, inclusão/exclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, turismo e políticas públicas, turismo social, turismo popular e turismo cívico de Brasília.

### 1.1 Conceitos Básicos

#### 1.1.1 Políticas públicas para o turismo

O Brasil detém o maior patrimônio turístico natural (floresta amazônica). Embora com esse patrimônio natural e cultural incomparável, o Brasil ocupa o 29.º lugar no *ranking* dos países que recebem turistas, porque a atividade só se desenvolve com vontade política e setores intervenientes. Apesar de não adiantar envolver *trade* turístico, locais e natureza fantásticos sem organizar *marketing* e infra-estrutura e definir política de turismo clara, objetiva e inequívoca.

Análises econômicas concluem que mesmo sendo negócio de altas somas multiplicador da economia, principalmente de receitas tributárias e empregos, o turismo requer vários esforços para ser implementado. No espectro da OMT, o turismo é a terceira maior atividade econômica do mundo, de magna importância na área de recursos humanos: 1 de cada 16 pessoas que trabalham está vinculada à atividade; movimenta 3,5 trilhões de dólares/ano e exige políticas e oferta de serviços qualificados para atrair a demanda. Apesar de importância na balança econômica não significar política definida. Alguns países pressupõem implícita a política que adotam por diretrizes espontâneas, não uma política real, com objetivos técnicos, para desenvolvê-la. Beni (2003. p.101) define:

Deve-se entender por Política de Turismo o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o Turismo do País. Determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado, facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio

estatal e o econômico – por mais simples ou ambicioso que sejam os programas, os projetos e as atividades a desenvolver, por menores ou maiores que sejam as áreas geográficas em que deve ocorrer; quaisquer que sejam suas motivações principais ou os setores econômicos aos quais possam interessar.

### **1.1.2 Turismo**

Turismo define comportamentos capazes de influenciar o desempenho econômico de um Estado, em particular de países em desenvolvimento, à procura de alternativas de crescimento. Na Europa, a atividade turística já faz parte do balanço econômico, enquanto o Brasil se inicia nesse processo.

Em 1943, na conferência sobre turismo em Washington, a Organização das Nações Unidas – ONU divulgou seu conceito econômico: “valor, em termos monetários, dos bens e serviços que são adquiridos no destino pelas pessoas que se deslocam do seu lugar de residência e gastam renda determinada, obtida dali”. Essa ótica moderna é bem aceita porque a estrutura econômica consiste na compra de bens e serviços cuja variedade depende de interesses climáticos, sociais, geográficos, culturais e históricos dos turistas.

A atividade socioeconômica é complexa, interdisciplinar e multidisciplinar, inclui um universo de interesses e conhecimentos. É multiplicadora. Influencia desenvolvimento regional, investimentos públicos ou privados, formação de mão-de-obra, distribuição de renda, expansão de transportes, proteção do meio ambiente e crescimento econômico. É processo de viagens com motivações de estudo e lazer, cultura, religião, saúde, esportes, negócios, missões oficiais, reuniões, congressos e intercâmbio familiar. Pode referir-se a variadas motivações, não sendo necessário tempo para defini-las, levando-se em conta, naturalmente, deslocar-se ao destino desejado e regressar à origem.

No subitem a seguir aborda-se o turismo social e o popular que oferta atividades de lazer, entretenimento e turismo para a população menos favorecida, onde se enquadra a grande maioria do público-alvo desse estudo.

### **1.1.3 Turismo social e turismo popular**

O turismo social e o turismo popular são atividades turísticas que garantem compromisso com cidadania e qualidade de vida da população. O turismo social (ou socializado) e o popular muito importam à população menos favorecida (de baixa renda). Inserem essas pessoas no mundo turístico, integram-nas e promovem crescimento interpessoal, por serem feitos em grupos. O socializado beneficia jovens, pessoas idosas, deficientes, inválidos e trabalhadores com renda média de até 5 salários mínimos.

Beni (2003) interpreta que o turismo popular direciona-se mais a trabalhadores não qualificados, segmentos de associados, serviços e empregados domésticos; em alguns casos abrange estudantes secundários e universitários da rede pública. Assemelha-se ao turismo socializado porque utiliza os mesmos equipamentos de hospedagem e meios de transportes coletivos.

O Bureau Internacional de Turismo Social (BITS) conceitua turismo social como conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas. A participação tornou-se facilitada por medidas de caráter social bem definidas que implicam no predomínio de idéias de serviço, não de lucro. Entende-se, turismo social expressa bem-estar social e emancipa-se para turismo em grupo, dado o poder aquisitivo não lhes permitir acesso a produtos turísticos em condições normais.

No Brasil, essa atividade teve início em 1972, mas o Serviço Social do Comércio (Sesc), desde a década de 40, trabalhava esse tipo de turismo, apenas não o denominava assim. Em palestra no Conselho de Turismo (2002), Albucaçis de Castro Pereira, Diretor Geral do Sesc Nacional, relatou que a história do turismo social começou nos anos 20, quando se começou a falar em tempo livre.

Na cultura e no lazer o Sesc atua em saúde, assistência à terceira idade e a crianças. No turismo incorpora pessoas de renda de 1 a 6 salários mínimos (classes D e E). Na cadeia produtiva democratiza o acesso ao produto turístico oferecendo passeios e excursões numa rede própria, extra-hoteleira. Intensifica mais o turismo social por entendê-lo compromisso cidadão, com a qualidade de vida da

clientela de baixo poder aquisitivo. O Sesc existe em 26 UFs, em 2.227 municípios, de modo fixo ou móvel; é membro do BITS. Beni (2003, p.427) conceitua:

Entende-se por turismo socializado aquele que é fomentado com objetivo de facilitar o turismo interno das classes menos favorecidas economicamente. Esse estrato da demanda somente poderá ser viabilizado em grandes proporções com a decisiva intervenção do Estado, sem objetivos de lucro e recuperação dos investimentos.

Para viabilizar a atividade, indica, são necessárias instalações especiais de baixo custo unitário, economia de escala e transporte subsidiado pelo Estado para os deslocamentos às áreas a visitar. Além do Estado, sindicatos e associações podem planejar e desenvolver o turismo social.

Descreve-se a seguir sobre o turismo cívico-cultural em Brasília, por ser importante roteiro turístico da capital federal.

#### **1.1.4 Turismo cívico-cultural em Brasília**

Turismo cívico é o praticado pelos visitantes em instalação de monumentos pátrios e órgãos governamentais, como verificado em Brasília - DF e em outras capitais nacionais, estaduais e cidades de relevância para a formação e a consolidação de países (BENI, 2003).

Em Brasília, a atividade do turismo cívico-cultural abrange a dimensão do conhecimento de brasilidade expressa de forma original, conta a história da cidade e a do Brasil. O ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira lutou contra poderosas facções políticas para transferir do Rio de Janeiro a capital do Brasil, e em 1960 inaugurou Brasília. Fez crescer o centro-oeste, integrou-o às outras regiões e interiorizou o desenvolvimento.

A vocação brasiliense para o turismo cívico-cultural está em ser a sede administrativa do poder federal e a da República, o que lhe traz destaque econômico. A partir da Embratur, foi projetada no Brasil e no exterior para atrair turistas. De arquitetura supermoderna, seus monumentos são apreciados e, se bem divulgados, logo a capital arrebatará mais turistas. Em capitais do mundo, estudantes vão conhecê-las civicamente, maneira de construir patriotismo. Com o *trade* turístico das demais cidades brasileiras, estudantes podem usufruir da estrutura de Brasília, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade aos 27

anos de idade. Rodrigo Rollemberg, um idealizador do turismo cívico brasiliense, lembra:

Além do turismo de negócio/eventos, devemos investir ainda mais em um produto turístico que só Brasília pode oferecer: o turismo cívico-cultural, projeto que consolidamos em 1996 com a abertura dos principais monumentos e prédios públicos da capital federal à visita também nos fins de semana (ROLLEMBERG, 2001).

A cidade de Brasília é rica em monumentos para o turismo cívico.

Mencionem-se:

- Praça dos Três Poderes.
- Palácio do Planalto.
- Palácio da Alvorada.
- Palácio do Itamaraty.
- Palácio do Catetinho.
- Panteão da Pátria.
- Espaço Lúcio Costa.
- Supremo Tribunal Federal.
- Quartel General do Exército.
- Supremo Tribunal de Justiça.
- Marco Eisenhower.
- Memorial JK.
- Catedral Metropolitana de Brasília.
- Igreja Dom Bosco.
- Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima.

- Relógio do Sol do Parque da Cidade.
- Torre de Televisão.

Registram-se, outrossim, 43 museus que mostram da história da moeda (Banco Central) à da construção de Brasília (Memorial JK). Para visitar, há museus alternativos ao roteiro oficial cívico-cultural.

Abaixo, aborda-se a exclusão/inserção e inclusão social de modo geral e especifica sobre os PPNEs.

## **1.2 Exclusão/Inserção**

Exclusão é fenômeno inerente à sociedade humana, que em seu meio promove a “dialética exclusão/inclusão” (excluir para depois incluir). É natural e complexa por atingir todas as esferas (econômicas, sociais, políticas, ideológicas, culturais), que por gerações agregam sentidos e se manifestam diferentemente. Veicula-se na mídia a exclusão e se tenta reduzi-la em programas governamentais.

Julien Freund prefacia "As Teorias da Exclusão" (XIBERRAS, 1993) e declara ser a exclusão estudada por intelectuais como Weber, Simmel e Durkheim, fundadores da sociologia. Como em outra área do conhecimento, seus conceitos transformam-se com o processo histórico, o testemunho das mudanças nas sociedades humanas. Na pós-modernidade cada indivíduo é um excluído, pois subjetivamente pode perceber a manifestação fenomenológica produzida por atores sociais e sofrida por elementos da natureza em qualquer tempo ou qualquer lugar. A exclusão nasce da percepção subjetiva e atinge a objetiva pela ação concreta da inserção que um indivíduo ou um grupo reivindica.

Há formas de exclusão (in) visíveis dissolvidas no cotidiano, perceptíveis por conta da lenta geração de conseqüências às vezes irreversíveis. Mais importa a exclusão ao mobilizar o excluído ou quem o defende a buscar a inserção social nos casos físico (por exemplo: racismo), geográfico (por exemplo: gueto ou região), material (por exemplo: pobreza).

A política de inserção não se refere apenas à população de excluídos. Tem duplo percurso: a) excluído que se mobiliza individualmente ou coletivamente para sair de sua situação; b) disposição da sociedade para aceitá-lo em seu meio. Inserção social constitui atribuir lugar real ao excluído na sociedade, respondendo-se a: *inserir-se onde? Excluído de quê?*

A noção de exclusão está tendo o destino da maior parte dos termos consagrados atualmente pela mediocridade das modas intelectuais e universitárias. Alguns consideram que está saturada de sentido, *nonsense* e contra-senso; (...) A leitura da imprensa é particularmente instrutiva desse ponto de vista, pois, ela é mais do que o espelho de nossa sociedade.

Sawaia (2001) cita que trabalhos contemporâneos reforçam a importância crescente do aprofundamento dessa noção. Pesquisa organizada por Sposatti (1996 *apud* SAWAIA, 2001, p. 20) retrata a situação de exclusão na cidade de São Paulo e reforça o caráter estrutural do fenômeno:

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem-se falado na exclusão da aparação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência as privações de recusa, abandono e expulsão, inclusive com violência de um conjunto significativo da população; por isso, é uma exclusão social, não pessoal. Não se trata de processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais e culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Inclui pobreza, discriminação, subalternação; não equidade, não acessibilidade, não representação pública (SAWAIA 2001, p. 20).

### **1.2.1 Dualidade brasileira como fator de exclusão social**

Jaguaribe (1989) destaca que a sociedade brasileira tem marca profunda no dualismo social (moderna sociedade industrial x sociedade primitiva, em nível de subsistência). Vê que as pobrezaas do país resultam da falta de um projeto para o povo, que respeite o futuro das atuais e das próximas gerações. A pobreza social será a primeira a se vencer, para serem vencidas as demais. Se for superada, outras pobrezaas também o serão: educacional, cultural, socioeconômica. O século XXI

pode ser o momento civilizatório brasileiro, caso se persiga a modernidade com vistas à inclusão social.

### **1.2.2 História da exclusão social dos PNEs**

Durante séculos, pessoas portadoras de necessidades especiais foram excluídas do convívio por preconceitos quanto a desenvolvimento social, por serem consideradas inválidas até surgir a inclusão que as alcançaria. Sassaki (1997) explica que algumas culturas eliminaram pessoas deficientes e outras as internaram entre doentes e idosos, em casas de caridade que, segundo o mesmo autor, eram de médio e grande porte e abrigavam, alimentavam, medicavam e ocupavam o tempo das pessoas com atividades.

Depois, as casas que apenas acolhiam portadores de deficiência por pressão social e exigência do poder público se especializaram em atendimento diferenciado, tratando cidadãos como pessoas que poderiam assumir papéis sociais. Hoje existem entidades e instituições - escolas, hospitais, etc. - que lhes garantem direitos constitucionais.

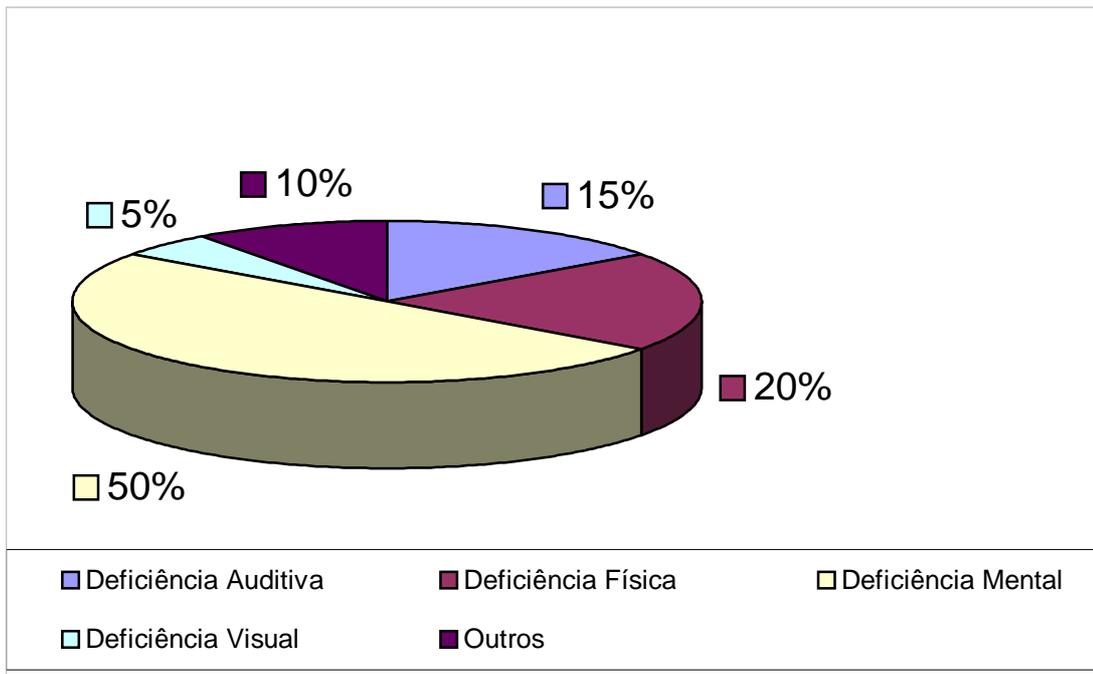
Pode-se dizer que somente a inclusão social erradica a exclusão dos portadores de necessidades especiais; ignorá-la realimenta-a. Não se percebe que preconceituar deficientes os faz inferiores. Para Clemente Filho e Santos (1996, p. 4), quem pratica inclusão se baseia no modelo social da deficiência. A sociedade deve modificar-se para atender às necessidades dos seus membros, embora não como se precisassem pagar um tributo para integrar a comunidade.

Nos tópicos abaixo, comentam-se estatísticas e informações sobre PPNEs e PPNEs-DV.

## **1.3 Pessoas com Deficiências**

O Ministério da Educação expõe que “são pessoas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais decorrentes de fatores natos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e o social”. A Organização Mundial de Saúde – OMS

descreve que aproximadamente 10% de qualquer população portam deficiência. Logo, se o Brasil tiver 180 milhões de habitantes, estimar-se-ão 18 milhões de portadores de algum tipo de deficiência, sendo 50% destes (9 milhões) com deficiência mental (MEC – SEESP, Política Nacional de Educação Especial: 1994, Livro 1).



Fonte: MEC, Livro 1.

### Figura 01 – Política Nacional de Educação Especial

A Folha de S. Paulo (2005) publicou que diariamente mais de 500 pessoas se tornam portadoras de deficiência. Para o IBGE (IBGE, Censo Demográfico, 2000), o país abriga 24,5 milhões de deficientes, despertando mais interesse nos mercados de produtos e serviços. Problema é que 50% dos casos ocorrem por falta de prevenção. Precárias condições de vida, violência e desinformação têm grande influência. Apesar da deficiência, essas pessoas necessitam do que qualquer uma sem deficiência necessita: dignidade, respeito, liberdade, educação, saúde, lazer, assistência social, trabalho, amparo. Direitos fundamentais e inalienáveis aos seres humanos independem de condições socioeconômicas

#### 1.4 Declaração de Direitos e Garantias de PPNEs

A palavra *deficiente* tem significado forte, às vezes preconceituoso ou as vezes discriminativa, porque se contrapõe a *eficiente*. Pode-se julgar que um portador de deficiência seja incapaz, preguiçoso, incompetente, não inteligente. A ênfase recai no defeito, no que falta, na limitação; gera desprezo, indiferença, descaso, pena ou piedade, paternalismo e assistencialismo, porque se vê a pessoa como não capaz de se relacionar, estudar, trabalhar e constituir família, direitos comuns a todos os cidadãos.

Com base nessas informações, a ONU e seus países-membros editaram a Declaração dos Direitos e Garantias das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, proclamada pela Resolução 3447 (9.12.1975), cujos principais tópicos serão analisados.

- 1) O termo "pessoa deficiente" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não. em suas capacidades físicas ou mentais.
- 2) As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou sua própria família.
- 3) As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências têm os mesmos direitos fundamentais de seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

- 4) As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que os outros seres humanos: o parágrafo 7 da declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardada<sup>1</sup> aplica-se a qualquer possível limitação ou supressão destes direitos para as pessoas mentalmente deficientes.
- 5) As pessoas deficientes têm o mesmo direito a medidas que visem capacitá-las a tomarem-se tão autoconfiantes quanto possível.
- 6) As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica, social e educacional, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhe possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades que acelerem o processo de sua integração social.
- 7) As pessoas deficientes têm o mesmo direito à segurança econômica e social de vida decente e de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar de sindicatos.
- 8) As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.
- 9) As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma

---

<sup>1</sup> O § 7º da Declaração dos Direitos da Pessoa Mentalmente Retardada estabelece: "Sempre que as pessoas retardadas forem incapazes devido à gravidade de sua deficiência de exercer todos os seus direitos de um modo significativo ou que se torne necessário restringir ou denegar alguns ou todos estes direitos, o procedimento usado para tal restrição ou degeneração de direitos, deve ser baseado em uma avaliação da capacidade social da pessoa mentalmente retardada por parte de especialistas e deve ser submetido à revisão periódica e ao direito de apelo a autoridades superiores".

pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade.

- 10) As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamento de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.
- 11) As pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência para a proteção de suas pessoas e propriedades. Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental.
- 12) As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoa deficiente.
- 13) As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração.

#### **1.4.1 Acessibilidade: antecedentes e necessidades atuais**

Artigo publicado no jornal do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal – Crea/DF (2004), aborda aspectos do acesso a pessoas portadoras de deficiência. Aponta o aumento do número em todo o mundo e em todas as camadas sociais. Trata como evoluiu a visão sobre deficiência nos 200 últimos anos, que resultou na atual política pró-deficientes. Destaca que ignorância, negligência, superstição e medo isolam e atrasam o desenvolvimento de pessoas portadoras de deficiências, mas existe uma nova forma de tratá-las. Cuidados básicos, educação infantil e reabilitação de adultos impulsionaram a política pró-deficientes, tornando-os ativos e participantes. Criaram-

se organizações integradas por pessoas com deficiência e familiares, que conseguiram melhores condições de vida.

Após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial introduziram-se os conceitos "integração e normalização", que espelham conhecimento aprofundado da capacidade dessas pessoas. No fim dos anos 60 reformula-se o conceito, que reflete estreita conexão entre dificuldades de pessoas com deficiência, concepção, estrutura do meio físico e atitudes sociais. Simultaneamente há grande público com problemas de deficiência nos países em desenvolvimento, na maioria muito pobres. O texto menciona ações que o Poder Público deve adotar e estimular para promover condições de acesso a portadores de deficiência, nos planos nacional, regional e local:

- a) Criar programas de ações destinados a tornar acessível o meio físico.
- b) Adotar medidas para incrementar acessos a informação e comunicação.
- c) Na acessibilidade ao meio físico, elaborar normas e diretrizes, preparar e aprovar legislação que permita acesso à habitação, edifícios, transportes, ruas e outros espaços livres. Assegurar a arquitetos, engenheiros e afins o acesso a informações sobre políticas e medidas que garantam concepção, planejamento e execução. É imprescindível participarem organizações representativas de pessoas com deficiência. Suas necessidades e interesses incluem-se nos planos gerais de desenvolvimento e não devem ser separadamente tratadas.

O artigo alerta que a responsabilidade sobre deficientes não é só do Estado, mas das outras instituições e pessoas. Quem prestar serviço, organizar atividades ou divulgar informações deve responsabilizar-se por torná-las acessíveis às pessoas portadoras de deficiência. A responsabilidade estatal por pessoas com deficiências não isenta quem compõe a sociedade. As deficiências devem ser fundamentalmente cobertas por setores de lazer, entretenimento e turismo, porque constituem público dos mais carentes de oportunidades - e estão no mercado.

Outro jornal do Crea/DF (2005), aborda ações desenvolvidas pelo Governo do Distrito Federal (GDF) quanto à acessibilidade. Discorre sobre as tecnologias de informação e integração laboral de pessoas com deficiência. Para melhorar as condições desse grupo o GDF tem promovido ações. O investimento em acesso é prioritário. Insere-se no rol de políticas públicas do Poder Executivo do DF. Embora essa postura não resolva tudo, é grande passo no desenvolvimento da acessibilidade a portadores de necessidades especiais. O artigo mostra estatísticas e informações sobre problemas relacionados ao tema:

- De mil pessoas, seis caem devido a obstáculos em calçadas.
- No Hospital de Base de Brasília são atendidas 280 pessoas (média/mensal) com lesão ortopédica, a maioria acidentada em calçadas.
- De dez pessoas no setor de ortopedia do Hospital da UnB, quatro têm lesões e fraturas devido a tropeços em vias públicas.
- Setores público e privado gastam 3 bilhões/ano com acidentados em calçadas. O ato de tropeçar custa R\$ 2,5 mil/ano ao cidadão.
- Até 40% de deslocamentos em áreas urbanas são a pé. Mesmo utilizando transporte, precisa-se andar até chegar ao trabalho ou escola.
- A calçada ideal tem 2,3m de largura. Permite que duas pessoas andem no mesmo trecho, respeitando o espaço de cada um.

O mercado de trabalho está globalizado e mais competitivo. Com relação a portadores de deficiência indaga-se se têm mais vantagens ou mais oportunidades relativamente ao passado na competição por um posto de trabalho. Respondem que sim:

- a) porque a capacidade para o exercício profissional está mais ligada à capacidade intelectual;

- b) porque a melhoria de educação e a organização da sociedade – e a elevada motivação – atenuam as barreiras de mentalidade e da falta de informação para o exercício de atividade profissional por pessoas com deficiência.

Afora isso, a natureza das tarefas e os meios de trabalho influenciam pessoas com deficiência a exercerem atividades profissionais. Em ambientes de trabalho com tecnologias de informação há mais oportunidades, porque estão dominadas as técnicas que contornam as limitações da deficiência e do ambiente tecnológico. Há várias atividades cujas exigências físicas se resumem em manipular informações por meio de um computador. A informação se transforma de várias maneiras e para múltiplas formas. Pode passar de papel impresso a meio digital, ter apresentação mais adequada e fonte legível, convertida em Braille ou fala.

O computador – principal suporte da tecnologia da informação – é instrumento de grande possibilidade de ser manipulado por pessoas com deficiência. O computador e a *internet* fazem o deficiente obter autonomia e superar-se. O correio eletrônico facilita a comunicação e não identifica – na origem da mensagem – alguém com deficiência. Apesar das potencialidades desse instrumental, evitem-se erros com barreiras físicas e arquitetônicas.

## **1.5 Deficiência Visual**

No espectro do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, a deficiência visual tem os grupos de cegueira e visão subnormal (baixa visão). Os dois tipos podem afetar pessoas em qualquer idade, por causas congênitas, doenças ou acidentes. Se logo diagnosticadas, há cura em vários casos.

Considera-se cego quem apresenta a ausência total da visão à perda da percepção luminosa. Já o portador de visão subnormal (baixa visão) revela-se da capacidade de perceber luminosidade a um grau que interfere em seu desempenho.

Após constatar-se a deficiência, a pessoa deve receber tratamento médico e psicológico, para facilitar seu cotidiano.

### **1.5.1 Criança, jovem, adulto e idoso com cegueira ou baixa visão**

No mundo sobressai o número de pessoas portadoras de limitação visual. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Censo Demográfico 2000, nota 1) refere que no Brasil existem 1,2 milhão de pessoas cegas e 5 milhões com grande dificuldade de enxergar, decorrentes de senilidade, acidentes de trânsito, assaltos etc. É natural que pós-trauma se proceda a tratamento médico, psicológico e se ofereçam condições para desenvolver a pessoa em reorientação, mobilidade, atividades da vida diária, técnicas especiais de escrita e leitura, treinamento profissional. É parte do programa de reabilitação para reintegrar o deficiente ao lar, à escola, ao trabalho, à comunidade.

### **1.5.2 Livros e equipamentos especiais**

Facilitar a ação do portador de deficiência visual, sem mais lhe comprometer a vida pessoal. Oferecer-lhe livros em Braille ou falados, equipamentos especiais para escrever em Braille, desenhar, calcular, jogar e sintetizadores de voz, *softwares*, amplificadores de imagens, auxílios ópticos e outros. Em página eletrônica, conhece-se que:

(...) um jovem estudante de nome Louis Braille, 16 anos de idade, deficiente visual, tomou conhecimento da invenção denominada sonografia ou código militar, desenvolvida em 1825 por Charles Barbier, oficial do exército francês ([www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br)).

O objetivo do invento que encantou Braille foi a comunicação noturna de oficiais nas guerras. Inicialmente Barbier não teve êxito, mas seu invento foi experimentado entre pessoas cegas do Instituto Real dos Jovens Cegos em Paris. O Sistema Braille utiliza seis pontos em relevo, em duas colunas. Possibilita formar 63 símbolos de textos literários de diversos idiomas, em matemática, ciências, música, informática.

O Sistema Braille é muito bem aceito por portadores de deficiência visual, embora já se tenham registrado tentativas de adoção de outros métodos ou de se aperfeiçoar o Braille. A musicografia em Braille é atualmente padronizada e adotada em todos os países. Contribuíram principalmente os congressos em Colônia

(Alemanha, 1888), Paris (França, 1929) e Nova Iorque (EUA, 1954), onde foram adaptados símbolos consoante as novas exigências da musicografia.

### **1.6 Orientações no Relacionamento com PPNEs - DV PPNE**

De extrema importância no caso da ausência de visão é estabelecer contatos, de modo fortuito ou regular, entre portadores da deficiência e demais pessoas, porque mais inseguros sobre como agir ante diferentes situações. "Cuidados no relacionamento com portadores de necessidades especiais de visão" é um código, contendo os tratamentos adequados às interações. Elaborado por Robert Atkinson, Diretor do Braille Institute of America – Califórnia, adaptado à realidade brasileira por equipe técnica do Instituto Benjamin Constant:

- Não trate as pessoas cegas como seres diferentes somente porque não podem ver. Saiba que elas estão sempre interessadas no que você gosta de ver, de ler, de ouvir e falar.
- Não generalize aspectos positivos ou negativos de uma pessoa cega que você conheça, estendendo-os a outros cegos. Não se esqueça de que a natureza dotou a todos os seres de diferenças individuais mais ou menos acentuadas e de que os preconceitos se originam na generalização de qualidades, positivas ou negativas, consideradas particularmente.
- Procure não limitar a pessoa cega mais do que a própria cegueira o faz, impedindo-a de realizar o que sabe, pode e deve fazer sozinha.
- Não se dirija a uma pessoa cega chamando-a de "cego" ou "ceguinho"; é falta elementar de educação, podendo mesmo constituir ofensa, chamar alguém pela palavra designativa de sua deficiência sensorial, física, moral ou intelectual.
- Não fale com a pessoa cega como se fosse surda; o fato de não ver não significa que não ouça bem.

- Não se refira à cegueira como desgraça. Ela pode ser assim encarada logo após a perda da visão, mas, a orientação adequada consegue reduzi-la a deficiência superável, como acontece em muitos casos.
- Não diga que tem pena de pessoa cega, nem lhe mostre exagerada solidariedade. O que ela quer é ser tratada com igualdade.
- Não exclame "maravilhoso"... "extraordinário"... ao ver a pessoa cega consultar o relógio, discar o telefone ou assinar o nome.
- Não fale de "sexto sentido" nem de "compensação da natureza" - isso perpetua conceitos errôneos. O que há na pessoa cega é simples desenvolvimento de recursos mentais latentes em todas as criaturas.
- Não modifique a linguagem para evitar a palavra ver e substituí-la por ouvir. Conversando sobre a cegueira com quem não vê, use a palavra cego sem rodeios.
- Não deixe de oferecer auxílio à pessoa cega que esteja querendo atravessar a rua ou tomar condução. Ainda que seu oferecimento seja recusado ou mesmo mal recebido por algumas delas, esteja certo de que a maioria lhe agradecerá o gesto.
- Não suponha que a pessoa cega possa localizar a porta onde deseja entrar ou o lugar aonde queira ir, contando os passos.
- Não tenha constrangimento em receber ajuda, admitir colaboração ou aceitar gentilezas por parte de alguma pessoa cega. Tenha sempre em mente que a solidariedade humana deve ser praticada por todos e que ninguém é tão incapaz que não tenha algo para dar.
- Não se dirija à pessoa cega através de seu guia ou companheiro, admitindo assim que ela não tenha condição de compreendê-lo e de expressar-se.

- Não guie a pessoa cega empurrando-a ou puxando-a pelo braço. Basta deixá-la segurar seu braço, que o movimento de seu corpo lhe dará a orientação de que precisa. Nas passagens estreitas, tome a frente e deixe-a segui-lo, mesmo com a mão em seu ombro.
- Quando passear com a pessoa cega que já estiver acompanhada, não a pegue pelo outro braço, nem lhe fique dando avisos. Deixe-a ser orientada só por quem a estiver guiando.
- Não carregue a pessoa cega ao ajudá-la a atravessar a rua, tomar condução, subir ou descer escadas. Basta guiá-la, pôr-lhe a mão no corrimão.
- Não pegue a pessoa cega pelos braços rodando com ela para pô-la na posição de sentar-se, empurrando-a depois para a cadeira. Basta pôr-lhe a mão no espaldar ou no braço da cadeira, que isso lhe indicará sua posição.
- Não guie a pessoa cega em diagonal ao atravessar em cruzamento. Isso pode fazê-la perder a orientação.
- Não diga apenas "à direita", "à esquerda", ao procurar orientar uma pessoa cega à distância. Muitos se enganam ao tomarem como referência a própria posição e não a da pessoa cega que caminha em sentido contrário ao seu.
- Não deixe portas e janelas entreabertas onde haja alguma pessoa cega. Conserve-as sempre fechadas ou bem encostadas à parede, quando abertas. As portas e janelas constituem obstáculos muito perigosos para ela.
- Não deixe objetos no caminho por onde uma pessoa cega costuma passar.
- Não bata a porta do automóvel onde haja uma pessoa cega sem ter a certeza de que não lhe vai prender os dedos.

- Não deixe de se anunciar ao entrar num recinto onde haja pessoas cegas, isso auxilia a sua identificação.
- Não saia de repente quando estiver conversando com uma pessoa cega, principalmente se houver algo que impeça de perceber seu afastamento. Ela pode dirigir-lhe a palavra e ver-se na situação desagradável de falar sozinha.
- Não deixe de apertar a mão de uma pessoa cega ao encontrá-la ou despedi-se dela. O aperto de mão substitui para ela o sorriso amável.
- Não perca seu tempo nem o da pessoa cega perguntando-lhe: Sabe quem sou eu?"...Veja se adivinha quem sou eu". Identifique-se ao chegar
- Não deixe de apresentar o seu visitante cego a todas as pessoas presentes, assim procedendo, você facilitara a integração dele ao grupo.
- Ao conduzir uma pessoa cega a um ambiente que lhe é desconhecido, oriente-a de modo que possa locomover-se sozinha.
- Não se constranja em alertar a pessoa cega quanto a qualquer incorreção no seu vestiário.
- Informe a pessoa cega com relação à posição dos alimentos colocados em seu prato.
- Não encha a xícara ou copo da pessoa cega até a beirada. Neste caso ela terá dificuldades em mantê-los equilibrados.
- O pedestre cego é muito mais observador que os outros. Ele desenvolve meios e modos de saber onde está e para aonde vai sem precisar estar contando os passos. Antes de sair de casa ele faz o que toda gente deveria fazer: procura informar-se bem sobre o caminho a seguir ao seu destino. Na primeira caminhada poderá errar um pouco,

mas depois raramente se enganar. Saliências, depressões, ruídos e odores característico, ele observa para a sua maior orientação<sup>2</sup>.

### **1.6.1 Acessibilidade para deficientes visuais**

O Japão demonstra a preocupação de inserir totalmente o deficiente visual na sociedade. Pensando em facilitar o dia-dia dos cegos, os cientistas desenvolveram "um olho eletrônico" que os possibilita atravessar locais movimentados com segurança. Montado em óculos, localiza a faixa de pedestres, mede a largura da rua à calçada mais próxima e indica a cor do semáforo. O cego recebe a informação por comandos vocais postos perto de seu ouvido.

No Brasil, embora se estimem 1,2 milhão de indivíduos deficientes visuais, não há muitas tecnologias em favor delas. Brasília, apesar de ações tímidas, iniciou o acesso a esse público com sinais sonoros em avenidas, especialmente nas de mais movimento de pessoas com a deficiência. A Secretaria de Desenvolvimento Urbanístico (DF) informa estarem em implantação orelhões adaptados para cegos no Projeto Cidade para Todos (Corde/DF), cujo objetivo é tornar Brasília acessível a pessoas portadoras de deficiência - Lei nº 7.853, de 24.10.89 regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 29.12.99 (DOU, 1999).

A capital desenvolve projeto ("Integra") a partir da idéia canadense de treinar cães-guia para pessoas cegas, sobretudo com cães da raça labrador, que se presta a serviços de imenso valor. O projeto está sendo replicado em outras cidades brasileiras. O "Jornal da Comunidade" (2004), explica que a expansão será bem aceita. Os benefícios dessa utilidade estão na mídia, em horário nobre. Um dos animais faz parte da novela. O brasileiro Quartzão apóia o personagem cego representado pelo ator Marcos Frota na novela "América" (2005), das 21 horas, da TV Globo.

O Jardim Botânico de Brasília permite que cegos participem de trilhas ecológicas com placas sinalizadoras em Braille, num percurso em que se visita a flora do local. No Lago Paranoá - terceira maior frota de embarcações do Brasil - se

---

<sup>2</sup> Dados extraídos da página eletrônica do Instituto Benjamin Constant ([www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br)).

disputam regatas e competições a vela e se oferece espaço a deficientes visuais. No Clube Naval, raia sul do Lago Paranoá, cegos atletas amadores praticam remo. Contribuições espontâneas começam a se propagar no Brasil:

- Em janeiro de 2005 as redes Pão-de-Açúcar e Bom Motivo iniciaram a distribuição de propaganda em Braille em seus supermercados.
- As lanchonetes Mc Donald's exibem Braille em embalagens e cardápios.
- Alguns estabelecimentos vendem barras de cereais com informações em Braille.
- Em São Paulo (SP), Prefeitura e Universidade São Marcos desenvolveram em 2002, no bairro Ipiranga, maquete urbana em Braille, para seus visitantes especiais.

Considerou-se assim obtido o referencial teórico necessário ao desenvolvimento do trabalho, mediante conhecimento de definições, conceitos e de teorias elaboradas por diversos autores sobre: turismo, políticas públicas, exclusão/inclusão social e de pessoas portadoras de necessidades especiais, deficiência visual e acessibilidade. Constatou-se a inexistência de bibliografia e trabalhos técnico-científicos com abordagem específica sobre atividades de lazer, entretenimento e turismo para deficientes visuais.

Dessa forma, na revisão bibliográfica definiram-se materiais e método a serem adotados neste trabalho, os quais constituíram-se de contato com instituições públicas de ensino especial para DVs, associações de PPNEs, órgãos públicos diversos e instituições da área de turismo; elaboração de questionário e realização de pesquisa de campo.

## 2 – MATERIAIS E MÉTODO

Para se alcançarem os objetivos propostos em trabalhos científicos, a metodologia apóia-se em Malhotra (2001), que descreve como levantar dados (primários e/ou secundários), a fim de solucionar problemas. É instrumental descritivo com vantagens e desvantagens dos procedimentos e sua conceituação teórico-científica. Quando os dados são primários, podem ser obtidos de forma qualitativa ou quantitativa. Quando quantitativamente demonstrados, podem ser descritivos ou casuais. Os descritivos provêm de amostras observacionais; os casuais decorrem de dados experimentais. Dados primários são gerados pelo pesquisador, para resolver o problema do objeto de estudo. Os secundários são coletados para objetivos não em pauta e rapidamente localizáveis em bibliotecas, centros de pesquisa ou mídias.

Comparando os tipos de dados de pesquisa, Malhotra (2001) expõe que usar dados secundários pode trazer vantagens e utilizações distintas quanto aos primários, os que o pesquisador organiza para solucionar determinado problema. Os secundários são coletados com finalidades diferentes das do estudo. Os primários são coletados rapidamente, sem, entretanto, propiciar contato direto com a fonte, deixando de ser exatos ou viesados. Dados primários provêm de fontes, coletam-se face a face de modo mais lento e são bem mais onerosos que os secundários.

O autor descreve método de pesquisa qualitativo direto, não-simulado, o de abordagem não disfarçada: o objetivo do projeto é revelado aos entrevistados - ou por eles conhecido - nas questões formuladas. No método indireto disfarçam-se os objetivos, sem revelar aos entrevistados o objetivo da entrevista.

Para cobrir este estudo, a melhor alternativa é a entrevista em profundidade, que retira individualmente dos entrevistados sensações, sentimentos, atitudes, valores e revela aspectos da cultura organizacional em que se insere.

## 2.1 Procedimentos Metodológicos

Procurou-se por onde/como começar a pesquisa de campo e obter dados para elaborar a monografia. Chegou-se ao CEEDV – DF (L-2 Sul - Quadra 613), onde se obtiveram informações para executar a pesquisa de campo. Na Secretaria de Ensino e Educação - DF se obteve autorização para realizar o trabalho (Anexo B).

Com o professor Mário Beni, em dezembro de 2004, no CET/UnB discutiu-se o projeto de pesquisa e se indagou sobre políticas públicas em turismo para esse público-alvo. O professor comentou nada existir, por falta de alguém de coragem para propor. Ressaltou a dificuldade da monografia sobre o tema, por falta de referências bibliográficas. O projeto foi submetido à professora Deis Elucy Siqueira, que opinou sobre a forma de conduzi-lo. Passou-se a elaborar a monografia com levantamento bibliográfico e em páginas eletrônicas.

Os dados para traçar o perfil socioeconômico de PPNEs - DV e sua exclusão das atividades turísticas de Brasília baseiam-se em levantamentos primários - pesquisa quantitativa - conduzidos por entrevistas em processo direto; e em profundidade com DVs de escolas públicas de Brasília inseridas em reabilitação. As questões da pesquisa (Anexo C) foram direcionadas para o entrevistado listar pontos-chaves em atividades de entretenimento, lazer, turismo. Foram entrevistados alunos do CEEDV e do Cesas. Elaboraram-se três diferentes questionários, conforme os perfis dos entrevistados. Coletaram-se dados e informes em instituições nacionais e internacionais sobre políticas públicas em turismo com inclusão de deficientes visuais. Via correio eletrônico foram enviados questionários à/ao:

- a) Organização Mundial do Turismo – OMT;
- b) Ministério do Turismo – Secretaria Especial de Políticas Públicas;
- c) Secretaria de Turismo (Setur) - DF.

Para entrevistar alunos do CEEDV e do Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul esperou-se iniciar período letivo de 2005. Obteve-se autorização na Diretoria de Ensino Especial da Secretaria de Estado de Educação do GDF. Foram

coletados dados do Censo Escolar 2004 da Rede Pública Estadual, obtendo-se o total de alunos deficientes visuais matriculados no DF (Tabela 01).

**Tabela 01 – Deficientes visuais matriculados na rede pública de ensino do DF**

REGIOES	CEGUEIRA	Exclusiva	BAIXA VISÃO					DEF. VISUAL
	Classe Especial		com sala	sem sala	Exclusiva	com sala	sem sala	Inclusiva com sala
PP/Cruzeiro		48	47		75	15		12
Gama					2	5	1	
Taguatinga	1		4		10	19	1	
Brazlândia		2		1		3	3	
Sobradinho						13	2	
Planaltina			1	1			4	
N. Bandeirante						4	5	1
Ceilândia			2			4	8	
Guará						1	1	
Samambaia			1			3	5	
Santa Maria			1			4	2	2
Paranoá						1		
São Sebastião						1		
R. das Emas				1		1	1	
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>50</b>	<b>55</b>	<b>4</b>	<b>87</b>	<b>74</b>	<b>33</b>	<b>15</b>

Fonte: GDF, Secretaria de Estado de Educação. Adaptado do Censo Escolar 2004.

O questionário foi transcrito em Braille por especialistas do CEEDV, a título de cortesia. Depois de respondidos, tiveram suas respostas repassadas a tinta. Professores da escola – alguns deles portadores de deficiência visual – foram entrevistados, inclusive noutra escola, o Cesas, escola inclusiva com alunos adultos que cursam o 2.º grau, atende a alunos sem deficiência e a portadores de deficiência

visual. Além de CEEDV e Cesas, contatou-se a Associação dos Deficientes Visuais de Brasília. No almoço se encontram muitos DVs. A grande maioria estuda ou trabalha no Plano Piloto e mora em cidades-satélites. Na Associação estava um deficiente visual (16 anos) que cursa a 1.<sup>a</sup> série do Ensino Médio no Leonardo Da Vinci, escola particular, fato raro a citar. É aluno da Escola de Música de Brasília e sua mãe o acompanhava, porque transcreve (voluntariamente) para o Braille os livros utilizados pelo filho e por outros DVs que estudam em escolas particulares (não exclusivas para DVs) ou públicas (exclusiva e inclusiva).

Depois das entrevistas, fez-se contato com a Secretaria Desenvolvimento Urbanístico (DF) e se teve conhecimento de projetos prestes a serem implementados em prol de portadores de deficiência, como rampas e orelhões adaptados, assim como diagnosticar os espaços turísticos de Brasília e melhor estruturá-los para facilitar o trânsito de portadores de deficiência, inclusive visual. Desejando novas informações para a monografia, contataram-se mais instituições no DF:

- a) Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais e da Comunidade (Adapte - DF);
- b) Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apnae);
- c) Instituto Cultural e Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência (ICP Cultural);
- d) Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada);
- e) Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni (Ceal-IP);
- f) Diretoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde);
- g) Comissão Jovem Como a Gente (Senai).

As instituições elogiaram o desenvolvimento do tema e se mostraram surpresas, porque até então ninguém pesquisara os DVs a fim de incluí-los em lazer, entretenimento e turismo.

O questionário para obter-se informações sobre PPNEs-DV compôs-se de questões abertas, que permitem respostas livres, e questões de múltipla escolha, que o entrevistado responde conforme categorias apresentadas. Este último tipo foi predominantemente nas 13 perguntas elaboradas para identificar sexo, faixa etária, nível de escolaridade, renda familiar, viagens turísticas, meios de transporte, conhecimento e participação no turismo cívico-cultural de Brasília e atividades de lazer, entretenimento e turísticas que despertam maior interesse. Já as perguntas dos questionários apresentados às instituições responsáveis por criar políticas públicas na área de turismo foram do tipo abertas. Apresentaram-se duas questões à OMT e apenas uma foi formulada ao Ministério do Turismo e SETUR-DF, visando identificar se essas instituições têm agido, elaborado estudos e propostas para inclusão nas atividades turísticas de pessoas portadoras de necessidades especiais – deficiência visual.

Lêem-se, por fim, no item seguinte, os resultados obtidos na pesquisa de campo para saber como melhor usá-los.

### 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.1 Interpretação e Análise de Dados

Apurar dados é imprescindível a planejadores de lazer, entretenimento e turismo para identificar o perfil do público e oferecer-lhe tipos de turismo, meios de hospedagem, recreação e entretenimento, serviços necessários e adequados.

Neste trabalho monográfico analisaram-se os dados coletados a partir do questionário aplicado no CEEDV, no Cesas e na Associação dos Deficientes Visuais de Brasília. Cópias do questionário (13 questões) foram aleatoriamente distribuídas para respostas espontâneas. Além de se relacionarem a turismo cívico-cultural, as perguntas identificaram sexo, faixa etária, escolaridade (Tabelas de 2 a 4) e renda familiar (Tabela 5), bem como outros aspectos para complementar o perfil do turista DV em Brasília (Tabelas 6 a 14).

**Tabela 02 – Identificação do sexo entre os entrevistados**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
MASCULINO	41	82%
FEMININO	09	18%
TOTAL	50	100%

Entre os DVs entrevistados, registrou-se predominância do sexo masculino (82%). O sexo feminino é minoria nas escolas (18%). Atribui-se a menor presença à proteção das famílias contra possível agressão, por ser duplamente mais vulnerável devido a deficiência e ao abuso por ser mulher, conforme informações fornecidas por dirigentes das escolas e observação da pesquisadora.

**Tabela 03 – Faixa etária dos entrevistados**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Até 18 ANOS	3	6%
De 18 a 25 anos	30	60%
De 25 a 32 anos	5	10%
Acima de 32 anos	12	24%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Evidencia-se a predominância de cegos com idade de 18 a 25 anos (60%).

**Tabela 04 – Nível de escolaridade**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Ensino Fundamental	34	68%
Ensino Médio	9	18%
Ensino Superior Completo	6	12%
Ensino Superior Incompleto	1	2%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Entre os DVs entrevistados, registrou-se predominância do ensino fundamental (68%).

**Tabela 05 – Renda familiar mensal**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Não possui renda	1	2%
De 1 a 4 salários mínimos	35	70%
De 4 a 8 salários mínimos	4	8%
De 08 a 12 salários mínimos	3	6%
Acima de 12 salários mínimos	7	14%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Os dados coletados revelam que a maioria dos DVs entrevistados apresenta renda familiar entre 1 a 4 salários mínimos (70%), indicativo de baixo poder aquisitivo, a requerer políticas públicas de inclusão em lazer, entretenimento e turismo. Os cegos afirmaram ser bem interessante receber do governo local apoio para essas atividades, porque lhes faltam recursos próprios e orientação.

**Tabela 06 – Quantidade de viagens de turismo realizadas**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
De 01 A 04	26	52%
De 04 a 08	2	4%
Mais de 08	22	44%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Chamam a atenção viagens turísticas de entrevistados. Os dados indicam que 52% fizeram de 1 a 4 viagens e 44% mais de 8, certamente relacionadas a um

nível de renda mais alto (Tabela 4). A maioria realiza poucas viagens em função da baixa renda, afirmando que “pobre não faz turismo”. Hospedam-se em casa de parentes e perguntam se “viajar e se hospedar em casa de parente é fazer turismo?” Exceções há, como o jovem (16 anos) DV que viajou bastante pelo país, aos EUA e à Europa.

**Tabela 07 – Tipo de transporte utilizado nas atividades turísticas ou de lazer**

Preferência	1º	2º	3º	4º	TOTAL	%
Ônibus	28	05	01		34	68%
Carro Próprio	11				11	22%
Avião	04	01			5	10%
Outros		01	02	01	4	8%
TOTAL	39	07	03	01	50	100%

Outro aspecto que se reporta a renda é o tipo de transporte em turismo e lazer. Ônibus é o meio de transporte mais utilizado (68%). Trata-se do tipo menos oneroso quanto ao custo de passagem. Depois, veículos da família (22%).

**Tabela 08 – Conhecimento sobre o turismo cívico-cultural de Brasília**

Categoria	Nº de Respostas	Percentual
Não	36	72%
Sim	14	28%
TOTAL	50	100%

Sobre conhecerem o roteiro turístico cívico-cultural de Brasília, 72% dos entrevistados responderam "não", presume-se por receberem pouca divulgação.

Percebe-se que o cego conhece a cidade apenas por que nela estuda e trabalha, pouco conhece do turismo cívico-cultural.

**Tabela 09 – Participação no turismo cívico-cultural de Brasília**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Nenhuma	43	86%
De 1 a 4 vezes	2	4%
Mais de 4 vezes	5	10%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Por desconhecer o turismo cívico-cultural de Brasília, em conseqüência, os entrevistados não participam (86%). Nesse percentual, infere-se, incluem-se os que tem algum conhecimento mas ainda assim nunca participaram.

**Tabela 10 – Razões para não participação no turismo cívico-cultural**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Falta de dinheiro para deslocamento	25	50%
Por desconhecimento	13	26%
Falta de interesse	10	20%
Devido a deficiência	2	4%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

A exclusão no turismo decorre do baixo nível de renda, tendo 50% declarado que não realizam turismo cívico-cultural por isso. Entretanto, 26%

mantiveram-se coerentes à idéia de não participar por desconhecimento, em aparente contradição com dado da Tabela 8, em que 72% afirmaram desconhecer.

**Tabela 11 – Interesse em conhecer e participar do turismo cívico-cultural**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Sim – para conhecer e divulgar a história de Brasília para os parentes e amigos	38	76%
Sim – para ampliar os conhecimentos	8	16%
Não – quer conhecer outras cidades	2	4%
Sim – para ter contato com outras pessoas e pelo lazer	1	2%
Não – por já conhece. Perdeu o interesse, após perder a visão recentemente	1	2%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Dos entrevistados, 94% manifestam interesse em conhecer e dele participar, diferindo entre si apenas pela motivação. Muitos têm interesse (76%) em divulgar a história de Brasília para parentes e amigos; outros (16%) pretendem ampliar os conhecimentos e alguns (2%) querem ter lazer e contato com outras pessoas. Percebe-se contradição com dados da tabela 10, em que 20% apontaram falta de interesse. Convém distinguir o interesse de conhecer e de participar efetivamente. Isso pode explicar a contradição entre os dados apurados.

**Tabela 12 – Meio utilizado na realização do turismo cívico-cultural**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Iniciativa Própria	8	50%
Visita Escolar Monitorada	7	44%
Agência de Turismo	1	6%
Outra	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Os dados reforçam o interesse dos cegos em participar do roteiro turístico. Quem participou investiu pessoalmente. Por iniciativa própria, 50% o fizeram. Realizar visitas monitoradas (44%) - com o apoio do governo e instituições ou e de entidades privadas – elevará a participação. No caso específico do CEEDV, a visita teve apoio da Hípica de Brasília e da empresa de Transportes Urbanos Amaral.

**Tabela 13 – Impressão sobre a visita realizada no roteiro turístico cívico-cultural**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Foi interessante	15	94%
Construtiva	1	6%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Experiência oportuna para 100% dos participantes, 94% julgaram-na interessante e 6% construtiva.

**Tabela 14 – Atividade turística, lazer e entretenimento de maior interesse**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Cinema	18	18%
Turismo Cívico	18	18%
Teatro	13	13%
Clube	11	11%
Água Mineral	7	7%
Esporte	6	6%
Museu	6	6%
Exposição	4	4%
Parque da Cidade	4	4%
Cidades históricas mineiras	3	3%
Pesca	2	2%
Turismo Rural	2	2%
Conhecer cidades	2	2%
<i>Camping</i>	1	1%
Passeio no Lago Paranoá	1	1%
<i>Shopping</i>	1	1%
Praia	1	1%
Cruzeiro Marítimo	1	1%
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Na questão sobre o tipo de atividade turística, lazer e entretenimento de maior interesse, cinema e turismo cívico ficaram em primeiro lugar (18% cada), em segundo o teatro(38%). Constata-se que anseiam por participar da vida cultural da cidade como as demais pessoas, e serem deficientes não deve constituir empecilho.

No caso do cinema, o cego deve estar com acompanhante para descrever-lhe algumas cenas, conforme declaração de entrevistado.

Verifica-se serem bem diversificadas as atividades das quais os DV`s têm interesse em participar. Embora haja maior preferência por atividades culturais e de entretenimento como cinema, turismo cívico e teatro, as atividades de lazer ao ar livre como clube e água mineral também são preferidas.

Concluída a análise do questionário (Anexo C), examinaram-se os questionários enviados à Organização Mundial do Turismo, ao Ministério do Turismo e à Secretaria de Turismo – DF. Obteve-se resposta de todas instituições, exceto da OMT.

a) À Organização Mundial do Turismo foram apresentadas as questões seguintes (Anexo D):

- 1) Quais ações essa Organização Mundial do Turismo tem sugerido para incentivar os países membros a implementar políticas públicas que visem a inclusão nas atividades turísticas de portadores de necessidades especiais – Deficiente Visual? Por favor, é possível detalhar as informações?
- 2) Essa organização tem conhecimento de algum país –membro que já tenha implementado políticas públicas para esse público-alvo? Poderá informar um nome para contato?

b) Ao Ministério do Turismo indagou-se o seguinte (Anexo E):

- 1) O objetivo dessa Secretaria é criar a política pública nacional de turismo no Brasil. De acordo com esse objetivo, existem no âmbito dessa Secretaria propostas ou estudos para elaborar e implementar políticas públicas que visem a inclusão nas atividades turísticas de pessoas portadoras de necessidades especiais – deficientes visuais? Por favor, é possível detalhar as informações?

c) À Secretaria fez-se a seguinte pergunta (Anexo F):

- 1) Um dos objetivos dessa Secretaria de Turismo do DF é estimular brasileiros e estrangeiros em geral a conhecer melhor Brasília por intermédio do turismo. Com base nesse objetivo, quais ações essa Secretaria tem implementado para atrair também pessoas portadoras de necessidade especiais – Deficiente Visual? Por favor, é possível detalhar as informações?

Recepção do Questionário (OMT, Ministério do Turismo e SETUR – DF):

- A OMT não se manifestou, até a conclusão desta monografia.
- Do Ministério do Turismo se obteve esta resposta (Anexo G):

Está sendo debatida e construída no contexto de uma política pública para o Turismo Social, por meio da Câmara de Segmentação, no âmbito do Conselho Nacional do Turismo e em um grupo Técnico específico. (...) Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, o tema **Turismo Social** vem sendo discutido na perspectiva de promoção da inclusão social via turismo, onde todos os cidadãos tenham direito de acessar os bens e arranjos produtivos gerados pelo turismo, de forma que segmentos sociais, antes excluídos, possam se beneficiar da atividade turística, não meramente como demandantes, mas como protagonistas. As ações internas visam definir a política interna do Ministério do Turismo para o turismo social, identificando e indicando meios e elementos com essa finalidade.

O Ministério do Turismo reafirma suas estratégias (2005) para consolidar o turismo social:

1. Realização de Seminário Nacional por ocasião do Salão Brasileiro de Turismo, junho.2005, para dar discussões definindo estratégias específicas, por segmento, com vistas à consolidação da Política Pública para o Turismo Social.
2. Levantamento de Linhas de Crédito visando mapear e analisar a oferta de crédito no Brasil destinada ao financiamento de atividades econômicas de pequeno porte, relacionadas ao setor de turismo.
3. Realização de Pesquisas das Classes C & D que contribuirão para levantar informações relevantes e produzir conhecimento sobre o mercado de turismo voltado às referidas classes, servindo de instrumento motivador de reflexão no âmbito das estruturas técnicas e políticas dos governos federal, estadual e municipal, com vistas à formulação de diretrizes e ações fomentadoras do desenvolvimento sustentável dessas populações.

Entende-se que o turismo social, que abrangeria os DVs, não é ignorado pelo Ministério do Turismo, contudo as proposições são mais um conjunto de intenções do que ações efetivas.

A Setur/DF assim explicou (Anexo H):

Em Brasília estamos construindo o Programa de Regionalização do Turismo, estabelecendo roteiros, em 1.º lugar com o Estado de Goiás. (...) é o início. Junto com isso estamos iniciando a elaboração do nosso Plano de Turismo para o DF, que será concebido tendo a sustentabilidade como paradigma. (...) Por fim - para os deficientes visuais - algumas medidas estão sendo providenciadas no Distrito Federal. Uma delas está relacionada ao Projeto de Sinalização Turística, que estará brevemente sendo implantada (*sic*) uma das suas várias etapas. As novas placas de sinalização ales (*sic*), escritas em inglês e português, já possuem espaços dedicados a inserção de inglês e português, já possuem espaços dedicados a inserção de inscrição em Braille. Pretendemos desenvolver ações de sensibilização junto ao *trade* turístico e abrir oportunidades de trabalho para as pessoas com essas deficiências, incluindo os auditivos. Não esperamos e não buscaremos o convencional. Imagine capacitar esses deficientes para trabalhar com Turismo Rural? Turismo Aventura? Ecoturismo? Esse é um universo novo, ainda inexplorado. Estas são algumas propostas contidas no nosso *portfolio* do Turismo Sustentável do Distrito Federal.

À semelhança do Ministério do Turismo, na Setur/DF faltam ações efetivas para os deficientes visuais participarem do turismo no Distrito Federal.

Conforme prevê a constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o estado é o principal responsável pela criação de políticas públicas que promova e incentive o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, daí a sugestão apresentada para incluir os cegos em programas e ações de turismo social.

Analisados os dados e as repostas encaminhadas pelo Ministério do Turismo e Setur/DF, passou-se às considerações finais para apresentar críticas, sugestões e conclusões da monografia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações encaminharam a conclusão da monografia e confirmaram as hipóteses (1- Existem poucas atividades no turismo direcionadas a PPNEs – DV?, 2- Deficientes visuais do DF sentem se excluídos da atividade turística?) e objetivos específicos. Na premissa das hipóteses, o desenvolvimento da monografia mostrou como a falta de políticas públicas imbricadas com a inclusão das PPNEs - DV pode excluí-las, porque tratadas com indiferença, como se não existissem. A investigação considerou a atividade turística cívico-cultural incluído dos DVs, porque os levará ao roteiro como participantes ou como trabalhadores. Turismo como lazer é qualidade de vida, preocupação de toda a sociedade. Importam a duração da vida e a qualidade dela; viver como se deseja, com direito de escolha e cidadania.

Ofertar turismo social (popular) será ajuda notável para promover turismo sustentável e de qualidade e romperá a exclusão, particularmente a dos estudantes deficientes visuais de escolas públicas de Brasília. Aceita-se a causa mobilizadora e estimulante, mas se impõe que poder público e sociedade enxerguem a obrigatoriedade de se mobilizarem completamente. Quer-se mudança de paradigma, ou seja, que se passe a enxergar, a pensar, perceber e agir.

Outro aspecto é o Turismo Cultural. Conhecer lugares, conviver com quem nunca vimos e testemunhar costumes diferentes trará mais visão de mundo e de vida do ponto de vista cultural, além do prazer do entretenimento. Onde se encaixam os deficientes visuais? São (ou não) excluídos? - O Brasil desenvolve projetos turísticos para pessoas videntes, enquanto os DVs vivem num estágio socioeconômico pré-moderno.

Paradoxal é ser país riquíssimo em atrações turísticas e culturas diversas e não beneficiar/incluir seu povo. Ser a 10ª economia mundial e não ter política pública em turismo direcionada a brasileiros de baixo poder aquisitivo e DVs. Particularmente no turismo, o Brasil não está entre os 25 países que mais recebem visitantes. Faz-se necessário construir infra-estrutura que atenda a portadores de

deficiência a receberem atenção do governo e formar parcerias com a iniciativa privada.

Brasília está bem preparada. Em que pese os problemas sociais, em geral é cidade limpa, bem trafegável, com povo educado. Em infra-estrutura adequada a portadores de necessidades especiais está a desejar. A Prefeitura de São Paulo (capital), pensando nos cegos como cidadãos possuidores de mesmos direitos dos demais cidadãos, em parceria com a Universidade São Marcos construiu maquete tátil para crianças e adolescentes deficientes visuais, a fim de que compreendam a organização do espaço urbano no Ipiranga (bairro). Parcerias são tendência atual, dadas as realizações concretas advindas daí. Sugerem-se articulação de parcerias de forma a somar esforços no alcance dos objetivos para atender a DVs em Brasília:

- parceria entre governos federal e estadual com o Sesc, federações e associações de cegos do território nacional, para inseri-los no turismo social; o Sesc disponibilizaria unidades e infra-estrutura de hospedagem; Brasília seria piloto do projeto, que se expandiria a outras regiões;
- parceria entre governos federal e estadual com setores privados envolvidos com turismo, num investimento a fundo perdido financiando o turista de baixa renda, fato a melhorar a qualidade de vida dos DVs;
- parceria entre a Secretaria de Turismo - DF, a Secretaria de Desenvolvimento Urbanístico - DF e a Universidade de Brasília - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, para construir maquetes táteis dos espaços físicos do roteiro do turismo cívico-cultural que estimulem DVs a participar de visitas e obter proveito delas;
- parceria entre a Secretaria de Estado de Educação - DF e empresas privadas de transporte urbano, alimentação etc, que viabilize visitas monitoradas de estudantes deficientes visuais de escolas públicas a monumentos do roteiro turístico cívico-cultural;

- parceria entre a Secretaria de Estado de Educação - DF, Secretaria de Turismo -DF e o Senac criando um programa de qualificação profissional que viabilize estudantes deficientes visuais de escolas públicas a frequentar um curso de guia turístico como o da Associação dos Cegos de Fortaleza, que formou 20 guias objetivando aumentar a renda mensal dos deficientes.

Espera-se que essas iniciativas mobilizem os setores envolvidos com o turismo local e o nacional, no sentido de se formar um pacto para a inclusão de deficientes visuais em atividades turísticas. Ressalte-se, o setor turismo não se volta à inclusão de deficientes (em geral), ao passo que os setores de produtos e serviços investem maciçamente nessa mão-de-obra. Produtos e serviços, estimam-se, faturam R\$ 1 bilhão/ano com pessoas deficientes.

Pode-se afirmar inexistirem políticas públicas que visem especificamente atender a classes populares na prática do turismo - por extensão aos PNEs - DV, com a grande maioria (70% dos entrevistados) auferindo renda mensal familiar entre 1 e 4 salários mínimos.

Ressalte-se o sentimento de exclusão constatado entre alunos deficientes visuais de escolas públicas brasilienses, pelo baixo nível de renda e poucas oportunidades de inserção na sociedade. A situação mudará quando houver interesse institucional forte e consciência de que a vontade política é prerrogativa extrema para fazer o turismo tornar-se acessível a esse público-alvo.

A consecução dos objetivos estabelecidos exige programas e ações de valorização dirigidas ao segmento que compõe o público-alvo da pesquisa. Criar políticas públicas que focalize (inclua) os cegos nas atividades de turismo e não universais, aquelas que permitem acesso a todos. Têm-se inúmeras iniciativas públicas, mas não se tem uma específica para os deficientes visuais.

Conclui-se, portanto, que os objetivos orientadores da elaboração dessa monografia foram efetivados: apurou-se a quantidade de alunos portadores de deficiência visual nas escolas públicas de Brasília; constatou-se a exclusão deles nas atividades turísticas da cidade; verificou-se o modo como participam e a

inexistência de infra-estrutura e equipamentos turísticos adequados para esse segmento. E verificou-se que pouco ou nada tem sido realizado de turismo para esse público alvo.

Espera-se que este estudo sirva como ponto de partida para pesquisas posteriores, objetivando complementar dados sobre os alunos DVs das escolas públicas do plano piloto, para que o poder público e/ou a iniciativa privada venham inseri-los nas atividades relacionadas ao tema deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 8. ed. Atual. São Paulo: Editora Santos, 2003.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; FERNANDES, Rubem César. **Consórcio Parceria 21**. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. 1988.

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Como você deve comporta-se diante de uma pessoa que...** Brasília: CORDE, 1994.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPOS, Luiz Cláudio; GONÇALVES, BARRETO Maria Helena; NETTO, Alexandre Panosso. **Reflexão sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1998.

CLEMENTE Filho; SANTOS, Antônio. **A Participação da Comunidade na integração do Deficiente Mental**. Brasília: Ministério da Cultura, 1996.

CONFEDERAÇÃO Nacional do Comercio. **Coletânea Turística**. Rio de Janeiro: CNC, Conselho de Turismo, 1998-2004.

DIÁRIO Oficial da União. **Decreto nº 3.298**. Dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. D.O.U de 21/12/1999. p10, Brasília. 1999.

FARIA, Dóris Santos de; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade Ecológica no Turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

JAQUARIBE, Hélio. **Brasil: Reforma ou Caos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEMOS, Leandro. **Turismo, que negócio é esse?**. São Paulo: Papyrus, 2000.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Trad. N. Montingelli Jt. E A.A. de Farias. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.

NETTO Alexandre Penosso, TRIGO Luiz Gonzaga Godoi. **Série turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo (OMT). **Anuário 2002**.

RODRIGUES, Maria Rita Campello. **Estimulação Precoce** – A contribuição da psicomotricidade. Rio de Janeiro: Instituto Benjamim Constant.

SALOMON, Délcio Vieira. **Redução das Desigualdades Sociais**. s/data.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão** – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

WOKORISCH, Leond Jr; JEMKINS, Canson L. **Introdução ao turismo**. 2.ed. s/ data.

XIBERRAS, Martine. **As Teorias da Exclusão para uma Construção do Imaginário do Desvio**. s/ ed. 1993.

#### **Fontes Mediáticas:**

AMARAL, Carmélia Anna. Turismo, um Nicho para todas as idades. Caderno Opinião. **Jornal Correio da Bahia**, maio de 2004, p. 8.

BRASIL. A conquista da Cidadania. Caderno Trabalho e Formação Profissional. **Correio Braziliense**, fevereiro de 2005, p. 2.

BRASIL. Projeto Cão-Guia será copiado por outros estados. Caderno Cidade. **Jornal da Comunidade**, dezembro de 2004, p C7.

BRASIL. Inclusão dos Portadores de Deficiência. Caderno equilíbrio. **Folha de São Paulo**, abril de 2005, p. 21.

BRASIL. Sucesso Nacional do Integra. **Jornal Fatorama**, Março de 2005, p 9.

CREA – DF. Áreas alvo da igualdade participação. Caderno Acessibilidade. **Jornal do Crea – DF**, ano V, n. 44, setembro de 2004, p.13.

CREA – DF. Caderno Acessibilidade. **Jornal do Crea – DF**. Ano VI – nº 45 – Janeiro de 2005, p.13,

CREA – DF. Tecnologia de Informação e Integração Laborial das Pessoas com Deficiência. Caderno Acessibilidade. **Jornal do Crea – DF**, Ano VI, n. 47, Março de 2005, p.13.

OLIVEIRA, Carlos. Internet a serviço da educação. Caderno Educação. **Jornal da Comunidade**, março de 2005, p B 8.

REVISTA **Viajar Turismo & Negócios**, n. IV, n. 21, ano 2000.

ROLLEMBERG, Rodrigo. A vocação brasiliense ao turismo cívico. **Revista Brasília a capital do século 21**, ano 2000.

#### **Páginas Eletrônicas:**

<http://intervox.nce.ufrj.br/~gilmar/braille.html> Acesso em: junho/outubro/2004.

[www.abdv.org.br](http://www.abdv.org.br) Acesso em: junho/outubro/2004.

[www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br) Acesso em: abril/outubro/2004.

[www.fundaçãoodorina.org.br](http://www.fundaçãoodorina.org.br) Acesso em: junho/outubro/2004.

[www.ibc.org.br/Texto/CEQUEIRATXT/Artigo\\_01.htm](http://www.ibc.org.br/Texto/CEQUEIRATXT/Artigo_01.htm). Acesso em: outubro/2004, janeiro/2005, abril/2005 e julho/2005.

[www.ibcnet.org.br](http://www.ibcnet.org.br) Acesso em: junho/outubro/2004.

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em: outubro/dezembro/2004, janeiro/abril/julho/2005.

[www.institutobenjaminconstant.org.br](http://www.institutobenjaminconstant.org.br) Acesso em: junho/outubro/2004.

[www.integra.org.br](http://www.integra.org.br) Acesso em: outubro/2004 e janeiro/2005.

[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em: outubro/2004 e junho/2005.

[www.turismo.gov.br/profissionais](http://www.turismo.gov.br/profissionais) Acesso em: junho/outubro/2004.

[www.universoespirita.org.br.spleb/lv/louis\\_braille.asp](http://www.universoespirita.org.br.spleb/lv/louis_braille.asp) Acesso em: maio 2004 e abril/2005.

### **Documentos Consultados:**

BRASÍLIA. Embratur. Plano de Trabalho. 2003- 2007.

BRASÍLIA. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro 1, 1994.

BRASÍLIA. Ministério do Esporte e Turismo – Embratur. Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal. **Perfil do Turista do Distrito Federal**. s/d.

BRASÍLIA. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas**. 2003-2007.

BRASÍLIA. Ministério do Turismo. **Programa do Turismo Brasileiro – Ações e resultados - 2003-2004**.

MADRI (Espanha). Organização Mundial do Turismo (OMT). **Anuário 2000 e 2002**.

RIO DE JANEIRO. Conselho Nacional do Comércio. **Ata de Reunião**. 2002/2004.

RIO DE JANEIRO. Conselho Nacional do Comércio. **Coletânea de Turismo**. Livros: 1993/2004.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como Fazer uma Monografia**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Ferramentas).

UNIVERSIDADE de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Curso de Pós-graduação *Latu Sensu*. **Normas e Manual para a Elaboração de Monografias**. S/d.

UNIVERSIDADE de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Curso de Pós-graduação *Latu Sensu*. Gestão de Negócio em Turismo. Módulos diversos, 2004.

# **ANEXOS**

## **ANEXO A**

**a) Declaração de Aceite de Orientação Acadêmica do Professor Domingos Spézia.**

**b) Carta s/nº SEC/CET, expedida pelo centro de Excelência em Turismo da UnB, em 14/11/04.**

**c) Declaração expedida pela Secretaria de cursos do Centro de Excelência em Turismo da UnB, em 22/02/05.**

**ANEXO B**

**a) Autorização da Secretaria de Estado de Educação – Diretoria de Ensino Especial do GDF, expedida em 23/02/05.**

## **ANEXO C**

### **a) Roteiro das entrevistas (escrito em tintas e em Braille)**

**Questionário utilizado no levantamento de informações no Centro de Ensino Especial, no Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul e na Associação dos Deficientes Visuais do Distrito Federal, na cidade de Brasília.**

## Questionário

**Título da Pesquisa: Turismo Cívico-Cultural para pessoas portadoras de necessidades especiais- Deficiência Visual.**

**Orientador: Professor MSc Domingos Sávio Spézia**

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de campo sobre a participação das pessoas portadoras de necessidades especiais - deficiência visual - no roteiro turístico cívico-cultural de Brasília. Abaixo, encontram-se questões referentes ao perfil socioeconômico dessas pessoas.

Por favor, responda as perguntas atentamente, se necessário, peça auxílio ao facilitador, que está aplicando o questionário.

Antecipadamente, agradeço pelas informações fornecidas e pela participação na pesquisa.

1- Nome: \_\_\_\_\_

2- Sexo: ( ) Masculino  
( ) Feminino

3- Faixa Etária:  
( ) Até 18 anos  
( ) De 18 a 25 anos  
( ) De 25 a 32 anos  
( ) Acima de 32 anos

4- Escolaridade:  
( ) Ensino Fundamental  
( ) Ensino Médio  
( ) Ensino Superior Completo  
( ) Ensino Superior Incompleto

5- Quando sai para atividades turísticas ou de lazer que tipo de transporte costuma utilizar?

	1°	2°	3°	4°
<b>Próprio</b>				
<b>Ônibus</b>				
<b>Avião</b>				
<b>Outros</b>				

6- Quantas viagens de turismo já realizou?

- ( ) 1 a 4  
 ( ) 4 a 8  
 ( ) mais de 8

7- Se nenhuma, por que?

---

8- Você tem conhecimento sobre o turismo cívico-cultural de Brasília?

- ( ) Sim  
 ( ) Não

Caso positivo, quantas vezes já participou dessa atividade turística? ?

- ( ) Nenhuma  
 ( ) De 1 a 4 vezes  
 ( ) Mais de 4

**Caso negativo, por que não foi?**

---

**9- É de seu interesse conhecer e participar desse roteiro turístico? Por quê?**

---

---

**10- Caso tenha participado, cite se foi por meio de:**

- Agência de Turismo
- Visita Escolar Monitorada
- Iniciativa Própria
- Outra

**11-Como foi essa experiência?**

---

---

**12- Mencione, que tipo atividade turística, lazer ou de entretenimento é do seu interesse.**

---

---

---

**13- Qual a renda familiar mensal?**

- ( ) Não possui renda**
- ( ) De 1 a 4 salários mínimos**
- ( ) De 4 a 8 salários mínimos**
- ( ) De 8 a 12 salários mínimos**
- ( ) Acima de 12 salários mínimos**

## **ANEXO D**

**a) Questionário utilizado no levantamento de informações na Organização Mundial do Turismo – OMT, na cidade de Madri/Espanha.**

## QUESTIONÁRIO

**Título da pesquisa: Turismo Cívico-Cultural para os portadores de necessidades especiais- Deficiência Visual.**

**Orientador: Professor MSc Domingos Spézia**

**Este questionário tem por objetivo analisar a implementação de políticas públicas para a inclusão dos portadores de necessidades especiais - deficientes visuais em atividades turísticas, decorrente de um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido por mim, Marli Correia Santos Bezerra, aluna do curso de pós-graduação lato-sensu em Gestão de Negócios em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.**

**Por favor, sinta-se à vontade para quaisquer esclarecimento de dúvidas sobre a pesquisa, contatando a pesquisadora pelos telefones (61) 368-9309, 411.7118 e 7519, ou pelo e.mail [Marli.bezerra@incra.gov.br](mailto:Marli.bezerra@incra.gov.br).**

**Obrigada pela sua cooperação,**

***Marli Correia Santos Bezerra***

- 1- Quais ações essa Organização Mundial do Turismo tem sugerido para incentivar os países membros a implementar políticas públicas que visem a inclusão nas atividades turísticas de portadores de necessidades especiais – Deficiente Visual? Por favor, é possível detalhar as informações?**
- 2- Essa organização tem conhecimento de algum país –membro que já tenha implementado políticas públicas para esse público-alvo? Poderá informar um nome para contato?**

## **ANEXO E**

**a) Questionário utilizado no levantamento de informações no Ministério do Turismo – Secretaria de Políticas Públicas, na cidade Brasília.**

## QUESTIONÁRIO

**Título da Pesquisa: Turismo Cívico-Cultural para Pessoas Portadores de Necessidades Especiais -Deficiência Visual.**

**Orientador: Professor MSC Domingos Sávio Spézia.**

Este questionário tem por objetivo analisar a implementação de políticas públicas para a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais – deficiência visual em atividades turísticas, decorrentes de um projeto que está sendo desenvolvido por mim, Marli Correia Santos Bezerra, aluna do curso de pós-graduação lato-sensu em Gestão de Negócios em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

Por favor, sinta-se à vontade para quaisquer esclarecimentos de dúvida sobre a pesquisa, contando a pesquisadora pelos telefones (61) 368.9309/411.7519/7118 ou pelo e-mail: [marli.bezerra@incra.gov.br](mailto:marli.bezerra@incra.gov.br).

Antecipadamente, agradeço pelas informações fornecidas e pela sua cooperação.

**Marli Correia Santos Bezerra.**

**1. O objetivo dessa Secretaria é criar a política pública nacional de turismo no Brasil. De acordo com esse objetivo, existem no âmbito dessa Secretaria propostas ou estudos para elaborar e implementar políticas públicas que visem a inclusão nas atividades turísticas de pessoas portadoras de necessidades especiais – Deficientes Visuais? Por favor, é possível detalhar as informações.**

## **ANEXO F**

**a) Questionário utilizado no levantamento de informações na Secretaria de Turismo do Distrito Federal, na cidade Brasília.**

## QUESTIONÁRIO

Título da Pesquisa: Turismo Cívico-Cultural para Pessoas Portadores de Necessidades Especiais -Deficiência Visual.

Orientador: Professor MSC Domingos Spézia.

Este questionário tem por objetivo analisar a implementação de políticas públicas para a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais – deficiência visual em atividades turísticas, decorrentes de um projeto que está sendo desenvolvido por mim, Marli Correia Santos Bezerra, aluna do curso de pós-graduação *lato-sensu* em Gestão de Negócios em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

Por favor, sinta-se à vontade para quaisquer esclarecimentos de dúvida sobre a pesquisa, contando a pesquisadora pelos telefones (61) 368.9309/411.7519/7118 ou pelo e-mail: [marli.bezerra@incra.gov.br](mailto:marli.bezerra@incra.gov.br).

Antecipadamente, agradeço pelas informações fornecidas e pela sua cooperação.

Marli Correia Santos Bezerra.

**1. Um dos objetivos dessa Secretaria de Turismo do DF é estimular brasileiros e estrangeiros em geral a conhecer melhor Brasília por intermédio do turismo, Com base nesse objetivo, quais ações essa Secretaria tem implementado visando a inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais – Deficientes Visuais nas atividades turísticas dessa cidade? Por favor, se possível detalhar as informações.**

## **ANEXO G**

**a) Resposta do Ministério do Turismo ao questionário utilizado no levantamento de informações.**

Em data de 18 de março de 2005, a senhora coordenadora Geral de Segmentação do Ministério do Turismo, Mara Flora Lotlaci Kral, enviou por meio eletrônico a resposta referente ao questionário remetido à Secretaria Nacional de Políticas Públicas do MT, conforme abaixo:

**De:** Social [social@turismo.gov.br]

**Enviado em:** sexta-feira, 18 de março de 2005 11:31

**Para:** marli.bezerra@incra.gov.br

**Assunto:** Turismo Social

Prezada Sra. Marli Correia Santos Bezerra,

A temática das pessoas com deficiência onde está incluída a deficiência visual, objeto de sua solicitação, está sendo debatida e construída no contexto de uma política pública para o Turismo Social, como uma via de inclusão, que vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Turismo, por meio da Câmara de Segmentação, no âmbito do Conselho Nacional do Turismo e em um Grupo Técnico Temático específico. A discussão contempla temas como igualdade racial (negros, índios, quilombolas); gênero (mulheres, homossexuais); geração (crianças, adolescentes, jovens, idosos); pessoas com deficiência; trabalhadores (pequenos agricultores, ribeirinhos, extrativistas, operários, pescadores artesanais), entre outros, cuja abordagem faz-se transversal a todos os segmentos e programas trabalhados por este órgão.

A visão do Ministério do Turismo é que o Turismo seja uma via de inclusão, entendendo que o turismo social não deve depender exclusivamente de aporte de recursos públicos, mas que sejam criados mecanismos que permitam o aprimoramento das políticas públicas destinadas a ampliar essa capacidade inclusiva da atividade turística, para que as populações que vivem em regiões turísticas tornem-se protagonistas da atividade e não mais meras mercadorias de consumo. Pretende-se a participação dessas comunidades no processo de planejamento, na gestão e nos benefícios da atividade turística.

Considerando que a principal finalidade do turismo é melhorar a qualidade de vida da população, o Ministério do Turismo propõe-se a atuar sob dois enfoques:

- pela análise das características e variáveis da demanda, em relação a certos grupos e estratos de potenciais consumidores e respectivas necessidades;

- Pelo potencial da oferta, especialmente às potencialidades de determinados grupos, comunidades e localidades (pequenos agricultores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e organizações sociais de base local, urbanas e rurais).

Para atender à dimensão desta proposta e à efetivação das ações estruturantes necessárias à construção de uma política pública para o turismo social, o MTur vem discutindo diretrizes e estratégias traduzidas em 08 diretrizes (Ordenamento; Informação e Comunicação; Articulação; Incentivo; Capacitação; Envolvimento das Comunidades e Promoção e Comercialização), que possam resultar em ações afirmativas.

Sob esta ótica estão sendo desenvolvidas ações estruturantes internas e externas para atender à proposta desta política. Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, o tema: “**Turismo Social**” vem sendo discutido na perspectiva de promoção da inclusão social via turismo, onde todos os cidadãos tenham o direito de acessar os bens e arranjos produtivos gerados pelo turismo, de forma que segmentos sociais, antes excluídos, possam se beneficiar da atividade turística, não meramente, como demandantes, mas também, como protagonistas. As ações internas visam definir uma política interna do Ministério do Turismo, para o turismo social, identificando e indicando meios e instrumentos, com essa finalidade.

Quanto às ações estruturantes externas, o Ministério do Turismo vem abrindo canais de interlocução com diversos atores e protagonistas, que direta ou indiretamente, têm interesse na implementação do Plano Nacional do Turismo, como um dos instrumentos responsável para a construção de uma sociedade mais justa.

Como estratégias para a consolidação do turismo social, o Ministério pretende realizar 03 grandes ações, ainda em 2005:

1. Realização de Seminário Nacional, por ocasião do **Salão Brasileiro de Turismo**, em junho de 2005, para dar continuidade às discussões definindo estratégias específicas, por segmento, com vistas à consolidação da Política Pública para o Turismo Social.

2. Levantamento de Linhas de Crédito, visando mapear e analisar a oferta de crédito, no Brasil, destinada ao financiamento de atividades econômicas de pequeno porte, relacionadas ao setor de turismo.

3. Realização de Pesquisa das Classes C & D que contribuirá para levantar informações relevantes e produzir conhecimento sobre o mercado de turismo voltado às referidas classes, servindo como instrumento motivador de reflexão no âmbito das estruturas técnicas e políticas dos governos federal, estadual e municipal, com vistas a formulação de diretrizes e ações fomentadoras do desenvolvimento sustentável dessas populações.

Espera-se, assim, contribuir para promover a inclusão social, econômica, cultural e política de grande parte da população brasileira, cujas viagens hoje são sonhos vivenciados apenas por poucos e, quando isso se torna possível, usufruem de produtos de baixíssima qualidade. Pretende-se via Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, que os que verdadeiramente produzem a identidade de cada lugar sejam os maiores beneficiados pela atividade turística.

Esperando que este material lhe traga algum subsídio às suas questões, aguardamos as contribuições que julgar necessárias.

Atenciosamente,

**Mara Flora Lottici Krahl**  
Coordenadora Geral de Segmentação

## **ANEXO H**

**a) Resposta da Secretaria de Turismo do Distrito Federal ao questionário utilizado no levantamento de informações.**

**Cara Marli: assumi há três meses a Subsecretaria de Planejamento e Avaliação da secretaria de Turismo do Distrito Federal. Dentre os desafios e sonhos, um deles, antigo e recorrente, é transformar Brasília na capital do Turismo Sustentável.**

Pode ser mesmo apenas um sonho, mas tenho a certeza que o Distrito Federal, pelo menos é a Unidade da federação onde esse sonho é menos difícil de se realizar.

Pois bem, de acordo com os conceitos que você domina, levando em conta também alguns anos de janela, manifestações do mercado nessas últimas três décadas na direção da segmentação/especialização e sem deixar de considerar algumas pesquisas realizadas pela OMT, ainda no final dos 90, que dentre outras informações, indica o interesse dos consumidores(mercado) na participação/interação, a contemplação já era, na realização de viagens rápidas, possivelmente cinco períodos por ano e não mais férias de 30 dias, no profissionalismo e principalmente na RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL, que junto com outros procedimentos garantam o paradigma da SUSTENTABILIDADE, esse poderá ser o nosso caminho futuro, digo, do turismo.

Assim, o ambientalmente correto, o economicamente adequado e o socialmente justo, tripé e ponto de partida para a SUSTENTABILIDADE AMPLIADA (Agenda 21 brasileira), poderá ser alcançado no turismo, por meio de políticas públicas de turismo que tomem por base e ajudem a construir esse sustentabilidade, e não o contrário, haja vista o PRODETUR I e II (vale à pena ver).

Em Brasília estamos construindo o Programa de Regionalização do Turismo, estabelecendo roteiros, em primeiro lugar com o Estado de Goiás, depois, só Deus sabe, mas é o início. Junto com isso, estamos iniciando a elaboração do nosso Plano de Turismo para o DF, que será concebido tendo a sustentabilidade como paradigma.

Isso só, não basta.

As medidas que poderão ser recomendadas e adotadas para redução de desperdícios materiais, são meio óbvias e conhecidas. Acho que devemos explorar melhor o campo dos desperdícios sociais, se é que posso assim chamar, por exemplo:

- criar condições para que aproximadamente 25 milhões de brasileiros, portadores de algum tipo necessidade especial, possam praticar turismo no Brasil;
- que a acessibilidade física, hoje exigida por lei, seja internalizada nas consciências das pessoas que exerçam qualquer tipo de atividade ou que não exerçam nenhuma, e não só nos projetos de edifícios, praças, ruas e avenidas, para que elas possam chegar a

algum lugar, principalmente a todos os lugares (estamos levantando no DF, todos os prédios, logradouros e atrativos turísticos para identificar e adotar medidas imediatas – proposta de Turismo Sustentável do DF);

- que aqueles portadores de deficiência auditiva e que conseqüentemente não falam, sejam percebidos e principalmente e n t e n d i d o s (estamos em negociação com a Associação de Surdos de Brasília, Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos – APADA e com a Diretoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE/DF-SEAS, para desenharmos oficinas para a capacitação de condutores(guias) para aquelas pessoas - proposta de Turismo Sustentável do DF);
- por fim e para os deficientes visuais, algumas medidas estão sendo providenciadas no Distrito Federal. Uma delas está relacionada com o Projeto de Sinalização Turística que estará brevemente sendo implantada uma das suas várias etapas. As novas placas de sinalização, ales de escritas em duas línguas, inglês e português, já possuem espaços dedicados à inserção de inscrição em Braille. Estamos em negociação com a Associação de Bares, Restaurantes e similares, para a adoção de cardápios em Braille. Pretendemos desenvolver ações de sensibilização junto ao Trade turístico, no sentido de abrir oportunidades de trabalho para as pessoas com essas deficiências, incluindo os auditivos. Não esperamos e não buscaremos o convencional. Imagine capacitar esses deficientes para trabalhar com Turismo Rural ?, Turismo Aventura ?, Ecoturismo ? Esse é um universo novo e ainda inexplorado. Estas são algumas propostas contidas no nosso portfólio do Turismo Sustentável do Distrito Federal. É como no Turismo Aventura, É ADRENALINA PURA!!!!

Cara Marli, espero ter ajudado. Atenciosamente, Paraguassú

## **ANEXO I**

### **a) Tabulação de Questionário**

## TABULAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

### 1 - Sexo:

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
MASCULINO	41	82%
FEMININO	09	18%
TOTAL	50	100%

### 2- Faixa Etária:

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Até 18 ANOS	3	6%
De 18 a 25 anos	30	60%
De 25 a 32 anos	5	10%
Acima de 32 anos	12	24%
TOTAL	50	100%

### 3- Escolaridade:

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Ensino Fundamental	34	68%
Ensino Médio	9	18%
Ensino Superior Completo	6	12%
Ensino Superior Incompleto	1	2%
TOTAL	50	100%

**4- Quando sai para atividades turísticas ou de lazer que tipo de transporte costuma utilizar?**

Preferência	1º	2º	3º	4º
Carro Próprio	11			
Ônibus	28	05	01	
Avião	04	01		
Outros		01	02	01
TOTAL	39	07	03	01

**5- Quantas viagens de turismo já realizou?**

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
De 01 A 04	26	52%
De 04 a 08	2	4%
Mais de 08	22	44%
TOTAL	50	100%

**6- Se nenhuma, por que?**

---

**7 - Você tem conhecimento sobre o turismo cívico-cultural de Brasília?**

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Sim	14	28%
Não	36	72%
TOTAL	50	100%

**Caso, positivo quantas vezes já participou dessa atividade turística?**

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Nenhuma	43	86%
De 1 a 4 vezes	2	4%
Mais de 4 vezes	5	10%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

**Caso negativo, por que não foi?**

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Por desconhecimento	13	26%
Devido a deficiência	2	4%
Falta de interesse	10	20%
Falta de dinheiro para deslocamento	25	50%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

**8- É de seu interesse conhecer e participar desse roteiro turístico? Por quê?**

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Sim – para conhecer e divulgar a história de Brasília para os parentes e amigos	<b>38</b>	76%
Não – quer conhecer outras cidades	<b>2</b>	4%
Sim – para ampliar os conhecimentos	<b>8</b>	16%
Sim – para ter contato com outras pessoas e pelo lazer	<b>1</b>	2%
Não – por já conhece. Perdeu o interesse, após perder a visão	<b>1</b>	2%

recentemente		
TOTAL	50	100%

**9- Caso tenha participado, cite se foi por meio de:**

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Agência de Turismo	1	6%
Visita Escolar Monitorada	7	44%
Iniciativa Própria	8	50%
Outra	0	0%
TOTAL	16	100%

**10- Como foi essa experiência?**

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Foi interessante	15	94%
Construtiva	1	6%
TOTAL	16	100%

**11- Mencione, que tipo atividade turística, lazer ou de entretenimento é do seu interesse.**

---



---



---

**12- Qual a renda familiar mensal?**

CATEGORIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL
Não possui renda	1	2%
De 1 a 4 salários mínimos	35	70%
De 4 a 8 salários mínimos	4	8%
De 08 a 12 salários mínimos	3	6%
Acima de 12 salários mínimos	7	14%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

<b>Não possui renda</b>	<b>01</b>
<b>De 1 a 4 salários mínimos</b>	<b>35</b>
<b>De 4 a 8 salários mínimos</b>	<b>04</b>
<b>De 8 a 12 salários mínimos</b>	<b>03</b>
<b>Acima de 12 salários mínimos</b>	<b>07</b>

**ANEXO J**

**A) Cinco Quadros da Secretaria Ensino de Educação do GDF referentes ao Censo Escolar 2004.**

**ANEXO K**

**a) Relação de Entidades que assistem deficientes visuais no Brasil.**

## ENTIDADES QUE ASSISTEM DEFICIENTES VISUAIS NO BRASIL



### **Acre**

- No estado do ACRE não foi localizada nenhuma entidade.

### **Alagoas**

#### **Maceió - AL**

- Associação de Cegos de Alagoas - ACAL  
Rua Sen. Mendonça, 180 Ed. Maceió s.10 Centro - CEP: 57030-120

### **Amapá**

- No estado do Amapá não foi localizada nenhuma entidade.

### **Amazonas**

#### **Manaus - AM**

- Associação Deficientes Visuais do Amazonas  
Rua Cinco, 371 Sala 8 - Alvorada - CEP: 69048-650  
Fone: (92) 2382477
- Escola da Cidadania "Mayara Redmam Abdel Aziz"  
Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual do Amazonas - CAP AM  
Rua Paraíba, 903 - Adrianópolis - CEP: 69057-021  
Fax: (92) 642-4267
- Escola Estadual Joanna Rodrigues Vieira  
Especializada em educação de deficientes visuais  
Rua Lourival Muniz, 540 - Glória - CEP: 69027-640  
Fax: (92) 625-0609

**Bahia****Salvador - BA**

- Sociedade da Aliança dos Cegos da Bahia  
Estrada São Gonçalo do Retiro, 90, A - São Gonçalo - CEP: 41190-000  
Fone: (71) 3853467
  
- Associação Bahiana de Cegos  
Rua Mesquita dos Barris, 40 - Barris - CEP: 40070-410  
Fone: (71) 3280661
  
- Instituto de Cegos da Bahia  
Rua São José de Baixo, 55 Barbalho - CEP: 40300-050

**Ceará****Fortaleza - CE**

- Associação Profissional dos Cegos  
Rua Dom Quintino, 266 - Jacarecanga - CEP: 60310-520
  
- Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC  
Av. Bezerra de Menezes, 892 - São Gerardo - CEP: 60325-004  
Fone: PABX (85) 2816111 - FAX: (85) 2810082  
<http://www.sac.org.br>

**Distrito Federal****Brasília - DF**

- Associação Brasiliense de Deficientes Visuais  
614 SGAS, Lt 104 SI 3 CDS BRAS - Asa Sul - CEP: 70200-740  
Fone: (61) 2454455
  
- Associação de Amigos do Deficiente Visual  
612 SGAS, CJ J - CEP: 70200-720  
Fone: (61) 3451631

**Espírito Santo****Vila Velha - ES**

- União de Cegos D. Pedro II - UNICEP  
Rua Rosa, s/n - Jardim Colorado - CEP: 29104-610

**Goiás****Aparecida de Goiânia - GO**

- Instituto Art dos Cegos de Goiás  
Rodovia BR-0153, 8,5 Km - Nossa Senhora Lourdes - CEP: 74912-650  
Fone: (62) 2491030

**Goiânia - GO**

- Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás

Rua 74, Esquina c/Av. Paranaíba - Estádio Olímpico Centro - CEP: 74045-020

## **Maranhão**

### **São Luís - MA**

- Escola dos Cegos do Maranhão  
Trav. Bequimão, 25 - Conjunto Bequimão - CEP: 65000-000

## **Mato Grosso**

### **Barra do Garças - MT**

- Associação Barragarcense dos Cegos  
Rua Moreira Cabral, 463 - Campinas - CEP: 78600-000  
Fone/Fax: (65) 8613645

### **Cuiabá - MT**

- Instituto dos Cegos do Estado de Mato Grosso  
Rua 48 Quadra 17 Lote 1 CPA3 Setor 4 - CEP: 78058-310
- Associação Mato Grossense dos Cegos  
Rua 141, 37 Qd 141 - Núcleo Habitacional CPA - CEP: 78058-236  
Fone: (65) 6464999

## **Mato Grosso do Sul**

### **Campo Grande - MS**

- Associação Brasileira de Deficientes Visuais  
Rua Rui Barbosa 1961/14 - CEP: 79005-431
- Instituto Sul Matogrossense para Cegos Florivaldo Vargas  
Av. Bandeirantes, 2083 - Guanandi - CEP: 79006-001  
Fone: (67) 3250996

## **Minas Gerais**

### **Barbacena - MG**

- Associação Regional de Pessoas Portadoras de Deficiência de Barbacena  
Praça Adriana de Oliveira, S/N - Rede Ferroviária - CEP: 36200-000

### **Belo Horizonte - MG**

- Associação de Cegos Luis Braille Lar das Cegas  
Rua Geraldo Teixeira da Costa, 202 - Floresta - CEP: 30150-120  
Fone: (31) 32735858
- Associação de Cegos Santa Luzia  
Rua Leopoldo Gomes, 1614 - Pompeia - CEP: 30285-310  
Fone: (31) 4832266
- Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual  
Rua Tupis, 149, 7º andar - centro - CEP: 30190-060  
Fone/FAX: (31) 32774517 - E-MAIL: capbh@pbh.gov.br

- União Auxiliadora dos Cegos de Minas Gerais  
Rua Mármore, 664 - Santa Teresa - CEP: 31010-220  
Fone: (31) 4637900

### **Divinópolis - MG**

- Associação de Deficientes do Oeste de Minas Gerais  
Rua Minas Gerais, 331 - Centro - CEP: 35500-007

### **Juiz de Fora - MG**

- Fundação João Theodosio Araujo  
mantenedora da Associação dos Cegos em Juiz de Fora  
Av. dos Andradas, 455 - Centro - CEP: 36036-000  
Fone: (32) 32152469  
<http://www.artnet.com.br/~acegosjf/>

### **Poços de Caldas - MG**

- Associação de Assistência aos Def. Visuais de Poços de Caldas  
Rua Capitão Afonso Junqueira 75 - Centro - CEP: 37701-042

### **Uberaba - MG**

- Instituto de Cegos do Brasil Central  
Rua Marques de Paraná, 351 - Estados Unidos - CEP: 38015-170  
Fone: (34) 33214888

## **Pará**

### **Belém - PA**

- Unidade Educacional Especializada José Alvares de Azevedo  
Travessa Presidente Pernambuco 497 - Batista Campos - CEP: 66015-200

## **Paraíba**

### **Campina Grande - PB**

- Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste  
Rua João Quirino, 33 - Capole - CEP: 58100-000

### **João Pessoa - PB**

- Associação Paraibana de Cegos  
Canteiro Marquise, Q. 238 Lote 25 Conjunto Valdelino Figueiredo - CEP: 58000-000
- Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência  
Rua Dr. Orestes Lisboa, S/N - Conjunto Pedro Gondin - CEP: 58031-090
- Instituto de Cegos da Paraíba  
Av. Santa Catarina, 396 - Estados - CEP: 58030-070
- Sociedade dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha - ICP

Rua Ma. Ester Mesquita Centro Social Urbano Bairro dos Ipês - CEP: 58028-700  
**Paraná**

### **Cascavel - PR**

- Associação Cascavelense de Deficientes Visuais  
Av. Assunção, 1757 - Bl 2 Pl SI 206 - Alto Alegre - CEP: 85805-030  
Fone: (45) 2269814

### **Curitiba - PR**

- Centro de Reeducação Visual CRAID  
Rua do Rosário, 144 - 5º andar Centro - CEP: 8002-110  
Fone: (41)3227383 ramal 223 - Fax (41)3225916
- Fundação de Assistência a Criança Cega  
Rua Holanda, 881 Boa Vista - CEP: 82540-040
- Instituto Paranaense dos Cegos  
Av. Visconde de Guarapuava 4186 Centro - CEP: 80250-220  
Fone: (41) 3426690

### **Londrina - PR**

- Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos  
Rua Netuno, 90 - Jardim do Sol - Caixa Postal 2232 - CEP 86070-290  
Fone: (43) 3274330 - Fax (43) 3274921

### **Maringá - PR**

- Associação dos Mestres Alunos e Amigos dos Deficientes Visuais  
Rua Tucuruí, S/N - Parque das Grevilhas III - CEP: 87025-000

### **Ponta Grossa - PR**

- Associação de Pais e Amigos do Deficientes Visuais - APADEVI  
Rua Enfermeiro Paulino, 320 - Bairro 26 de Outubro - CEP: 84026-050

## **Pernambuco**

### **Camaragibe - PE**

- Aliança Protetora dos Cegos de Pernambuco  
Rua Marceneiro, 279 - Timbi - CEP: 54768-220  
Fone: (81) 34582910

### **Recife - PE**

- APEC - Associação Pernambucana de Cegos  
Praça Prof Barreto Campelo, 1238 - Torre - CEP: 50000-000  
Fone: (81) 32273000
- Instituto de Cegos de Recife  
Rua Guilherme Pinto, 146 - Graças - CEP: 52010-210
- União Auxiliadora dos Cegos  
Rua 7, nº 240 - Alto do Pinho - Casa Amarela - CEP: 52000-000

**Piauí****Teresina - PI**

- Associação dos Cegos do Piauí - ACEP  
Rua Beneditinos, 537 - São Pedro - CEP: 64017-540  
Fone: (86) 2182555

**Rio de Janeiro****Niterói - RJ**

- Associação Fluminense de Amparo aos Cegos  
Rua Santa Rosa, 82 - CEP: 24220-420

**Nova Iguaçu - RJ**

- Associação Protetora dos Cegos Jardim Maravilha  
Rua Pavão, 13 - QD 4 - Austin - CEP: 26387-150  
Fone: (21) 7631295

**Rio de Janeiro - RJ**

- Associação Aliança dos Cegos  
Rua 24 de Maio, 47 - São Francisco Xavier - CEP: 20000-000  
Fone: (21) 2810704
- Associação Brasileira de Cegos  
Rua Nerval de Gouveia, 335 - Quintino Bocaiuva - CEP: 21311-110  
Fone: (21) 2692448
- Associação União Geral dos Cegos  
Travessa Teixeira, 21 - Meier - CEP: 20780-100  
Fone: (21) 2617551
- Cenaculo Protetor dos Cegos  
Av. Suburbana, 8617 - Piedade - CEP: 20751-001  
Fone: (21) 2893849
- Conselho Brasileiro para o Bem Estar dos Cegos  
Rua Clarimundo de Melo, 216 SI - Encantado - CEP: 20740-322  
Fone: (21) 594-0284 / Fax: (21) 275-1405  
<http://www.rionet.com.br/~cbbec/>
- Instituto Benjamin Constant  
Av. Pasteur, 350 / 368 - Urca - CEP: 22240-290  
<http://www.ibcnet.org.br>
- Sociedade Pró-Livro-Espírita em Braille - SPLEB  
Rua Thomaz Coelho, 51. Vila Isabel - CEP: 20540-110  
Fone: (21) 2288-9844 - Fax: (21) 2572-0049  
<http://www.spleb.org.br>
- União dos Cegos no Brasil

Rua Clarimundo de Melo, 216 SI - Encantado - CEP: 20740-322  
Fone: (21) 38998175

## **Rio Grande do Norte**

### **Natal - RN**

- Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte  
Rua Fonceca e Silva, 1113 - Alecrim - CEP: 59030-270
- Sociedade dos Cegos do Rio Grande do Norte  
Rua Alexandrino de Alencar, 411 - Sala 132 - Alecrim - CEP: 59350-030  
Fones: (84) 222-3236 - (84) 211-9122  
<http://www.ufrnet.br/~socern/>

## **Rio Grande do Sul**

### **Bento Gonçalves - RS**

- Associação dos Deficientes Visuais de Bento Gonçalves  
Rua Candido Costa, 24 - Conjunto 604 - Centro - CEP: 95700-000

### **Canoas - RS**

- Assoc dos Deficientes Visuais de Canoas  
Rua Guilherme Schell, 6206 - Rio Branco/Centro - CEP: 92310-000  
Fone: (51) 4767727

### **Caxias do Sul - RS**

- Associação de Pais e Amigos de Deficientes Visuais - APADEVI  
Rua Luiz Antunes, 899 Bairro Panazzolo - CEP: 95080-000

### **Porto Alegre - RS**

- Associação de Cegos do Rio Grande do Sul  
Rua Marechal Floriano Peixoto 38 Sala 1607 - CEP: 90020-060
- Associação de Cegos Louis Braille  
Praça Louis Braille, 453 - Tristeza - CEP: 91900-080  
Fone: (51) 33408182
- C.T.M. do Centro Louis Braille  
Rua da República, 435 - CEP: 90050-321
- Instituto Santa Luzia Escola de 1º Grau para Cegos  
Av. Da Cavahada, 3999 - Cavahada - CEP: 91751-831  
Fone: (51) 32491299
- União de Cegos do Rio Grande do Sul - UCERGS  
Rua Fr Henrique Golland Trindade, 425 - Boa Vista - CEP: 90480-140 Fone: 51) 33281644

**Rondônia**

- No estado de Rondônia não foi localizada nenhuma entidade.

**Roraima**

- No estado de Roraima não foi localizado nenhuma entidade.

**Santa Catarina****Blumenau - SC**

- Associação Cegos Vale Itajai  
Rua Alberto Stein, 30 Ld - Velha - CEP: 89000-000  
Fone: (47) 3292366

**Criciúma - SC**

- Associação Sul Catarinense Cegos  
Rua Pascoal Meller, 299 - Pinheirinho - CEP: 88805-380  
Fone: (48) 4380170

**Florianópolis - SC**

- Associação Catarinense para a Integração do Cego  
Rodovia Virgílio Várzea, 1300 - Saco Grande II - CEP: 88032-001  
Fone: (48) 2380169

**Joinville - SC**

- AJIDEVI - Associação Joinvillense Integração Deficientes Visuais  
Rua Jorn Hilario Muller, 276 - CEP: 89200-000  
Fone: (47) 4363126

**Tubarão - SC**

- Associação dos Deficientes Visuais e Auditivos de Tubarão  
Rua Tubalcaim Faraco, 20 SLJ 503 - Centro - CEP: 88701-150  
Fone: (48) 6223923

**São Paulo****Aracatuba - SP**

- Instituto para Cegos Santa Luzia  
Rua Rio Grande do Sul, 23 - Jardim Nova Iorque - CEP: 16065-015  
Fone: (18) 6236550

**Araraquara - SP**

- DV Associação para o Apoio e Integração do Deficiente Visual  
Av. Dq de Caxias, 364 Sl 14 - Centro - CEP: 14800-000 Fone: (16) 2331212  
- Instituto dos Cegos Santa Luzia  
Avenida Pe Antonio Cezarino, 875 - Vila Xavier Vila Xavier - CEP: 14800-000  
Fone: (16) 2222009

**Barretos - SP**

- Sociedade Organizadora de Trabalhos para Cegos

Rua 8, 260 - Centro - CEP: 14780-000  
Fone: (17) 3221516

### **Bauru - SP**

- Lar Escola Santa Luzia para Cegos  
Rua Gerson Franca, 11 61 - Vila Mesquita - CEP: 17014-380  
Fone: (14) 2231754

### **Campinas - SP**

- Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores  
Av. Dr Washington Luis, 570 Tr - VI Marieta - CEP: 13043-000  
Fone: (19) 2310979

### **Limeira - SP**

- Instituto Beneficente de Assistência para Cegos  
Rua Gen Ozório, 447 - Boa Vista - CEP: 13480-000  
Fone: (19) 4421891

### **Lins - SP**

- Associação Linense para Cegos  
Av. Nilo Noronha, 656 - Vila Bela Vista - CEP: 16401-340  
Fone: (14) 5221109

### **Lorena - SP**

- Centro de Atendimento ao Deficiente Visual - CADEVI  
Av. Doutor Peixoto de Castro, 449 - CEP: 12606-580

### **Piracicaba - SP**

- Nucleo Promocional dos Cegos de Piracicaba  
Rua dos Tuiuius, 590 - Parque Chapadão - CEP: 13421-260  
Fone: (19) 4244936

### **Presidente Prudente - SP**

- Associação Filantropica de Proteção aos Cegos de Pres Prudente  
Rua Thomaz Matheus, 500 - Jardim Itapura - CEP: 19035-120  
Fone: (18) 2232511.

### **Santo André - SP**

- Associação de Atendimento aos Deficientes Visuais  
Rua Guapore, 76 - Vila Gilda - CEP: 09190-240  
Fone: (11) 44262244.

### **Santos - SP**

- Associação de Amigos dos Cegos de Santos  
Av. Cons Nebias, 267 - Vila Matias - CEP: 11000-000  
Fone: (13) 32344491

### **São José do Rio Preto - SP**

- Instituto Rio Pretence dos Cegos trabalhadores  
Rua Antonio de Godói, 5674 - São José - CEP: 15090-250  
Fone: (17) 2272484.

**São Paulo - SP**

- Associação de Deficientes Visuais e Amigos - ADEVA  
Rua Brigadeiro Tobias, 247 - Conj. 1116 - Centro - CEP: São Paulo  
Fone: (11) 229-3530  
<http://www.adeva.org.br>
  
- Associação dos Portadores de Retinose do Brasil  
Rua 7 de Abril 404 - 6o andar sala 63 - Centro - CEP: 01043-010
  
- Associação Promotora de Instrução e Trabalho para Cegos  
Rua Cajuru, 722, Belenzinho - CEP: 03057-000  
Fone: (11) 66932469
  
- Fundação Dorina Nowill para Cegos  
Rua Doutor Diogo de Faria, 558 - CEP: 04037-001  
Fone: (11) 50870999 e FAX: (11) 50870977  
<http://www.fundacaodorina.org.br>
  
- Instituto de Cegos "Padre Chico"  
Rua Moreira de Godoi, 456 - Ipiranga - CEP: 04266-060  
Fone: (11) 2744611 e FAX: (11) 2744132  
<http://www.padrechico.org.br>
  
- LARAMARA-Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual  
Rua Conselheiro Brotero 338 - CEP: 01154-000  
Fone: (11) 36606400 e FAX: (11) 36620551  
<http://www.laramara.org.br>

**Sertãozinho - SP**

- Associação de Cegos de Sertãozinho  
Av. José Antonio Angelotti, 159 - Jardim Primeiro de Maio - CEP: 14161-190  
Fone: (16) 6423611

**Sorocaba - SP**

- Associação Sorocabana de Amparo aos Cegos  
Rua Sete de Setembro, 344 - Centro - CEP: 18035-001

**Sergipe****Aracaju - SE**

- União Sergipana de Assistência - Clínica de Reabilitação Ninota Garcia  
Rua João Rodrigues, 200 - Bairro Industrial - CEP: 49000-000

**Tocantins**

- No estado do Tocantins não foi localizada nenhuma entidade.